

HG 179. P47
2012



SKT

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

RESERVADO

Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais

**ANÁLISE COMPARATIVA DE DIFERENTES
ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

VÂNIA PATRÍCIA VITORINO PEREIRA

Orientação: Prof. Doutor José Manuel Dias Lopes

JÚRI:

Presidente: Doutor Eduardo Barbosa do Couto, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Dra. Isabel de la Peña, especialista na área da banca;

Doutor José Manuel Dias Lopes, professor coordenador do Instituto Superior de Gestão Bancária e professor auxiliar convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

03/2012

Resumo

A crescente importância da educação financeira tornou-se mais evidente com a evolução dos mercados financeiros, as mudanças demográficas e a recente crise financeira. Os indivíduos com um maior grau de educação financeira compreendem melhor os produtos e os conceitos financeiros e desenvolvem as competências necessárias para tomarem decisões informadas no momento da sua escolha.

A nível internacional tem vindo a verificar-se, a implementação e o desenvolvimento de iniciativas no âmbito de estratégias nacionais de educação financeira, como forma de minimizar o nível geralmente baixo de conhecimentos nesta área e, ainda, para que os indivíduos tenham acesso a produtos e serviços destinados a satisfazer uma série de necessidades e circunstâncias.

Este trabalho tem como objectivo a avaliação comparativa das diferentes estratégias nacionais de educação financeira, de modo a identificar e caracterizar as melhores práticas desenvolvidas a nível internacional, focando-se apenas no percurso realizado de três países: Austrália, Reino Unido e EUA, uma vez que neles existe um amplo trabalho desenvolvido e uma grande variedade de iniciativas realizadas.

A análise comparativa permite concluir que o desenvolvimento de uma estratégia é um processo longo e com várias etapas a percorrer, devendo: aprofundar acções desenvolvidas anteriormente; realizar inquéritos para identificar onde existe maior défice de informação, compreensão e formação; desenvolver iniciativas tendo em conta as necessidades da população; e avaliar as iniciativas.

Para finalizar, propõem-se algumas medidas, tendo em conta os resultados do estudo.

Palavras-Chave: educação financeira, estratégia nacional, iniciativas de educação financeira, experiência internacional

Abstract

The importance of financial literacy has become more evident with the evolution of the financial markets, demographic changes and the recent financial crisis. Individuals with a greater degree of financial literacy understand better the products and financial concepts and develop the necessary skills to make informed decisions when making their choices.

At international level a huge number of initiatives have been conducted. Several countries have created and developed national strategies financial literacy, in order to minimize the generally lack of knowledge in this area and also for individuals to have access to products and services designed to meet a variety of needs and circumstances.

This work aims to conduct a comparative assessment of the different national strategies of financial literacy in order to identify and characterize the best practices developed internationally, focusing only on the course carried out in three countries: Australia, United Kingdom and USA.

The comparative analysis shows that the establishment of a strategy is a long process with several steps to cover, however shows that: deepen actions taken earlier; do surveys to identify where there is a greater lack of information, understanding and training; developing initiatives taking in consideration the population needs; and evaluating the initiatives.

To conclude, it proposes some measures, taking into account the results of the study.

Keywords: Financial Literacy; National Strategy for Financial Literacy; initiatives for financial literacy; International Experience

Lista Abreviaturas

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

UE – União Europeia

CE – Comissão Europeia

BP – Banco de Portugal

FLF – Financial Literacy Foundation

ASIC – Australian Securities and Investments Commission

MCEETYA – Ministerial Council on Education, Employment, Training and Youth Affairs

FSA – Financial Services Authority

FSMA – Financial Services and Markets Act

OFE – Office of Financial Education

FACT – Fair and Accurate Credit Transactions Act

FLEC – Financial Literacy and Education Commission

SEC – Securities and Exchange Commission

DT – Department of the Treasury

NSWG – National Strategy Working Group

EGFE – Expert Group on Financial Education

INFE – International Network on Financial Education

EUA – Estados Unidos da América

PNFF – Plano Nacional Formação Financeira

CNFF – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros	60
CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	61
ISP – Instituto de Seguros de Portugal	62
1.1.1. A importância da educação financeira	63
1.1.2. O papel da educação financeira	64
1.1.3. O papel da educação financeira na formação do cidadão	65
1.1.4. O papel da educação financeira na formação do cidadão	66
1.1.5. O papel da educação financeira na formação do cidadão	67
1.1.6. O papel da educação financeira na formação do cidadão	68
1.1.7. O papel da educação financeira na formação do cidadão	69
1.1.8. O papel da educação financeira na formação do cidadão	70
1.1.9. O papel da educação financeira na formação do cidadão	71
1.1.10. O papel da educação financeira na formação do cidadão	72
1.1.11. O papel da educação financeira na formação do cidadão	73
1.1.12. O papel da educação financeira na formação do cidadão	74
1.1.13. O papel da educação financeira na formação do cidadão	75
1.1.14. O papel da educação financeira na formação do cidadão	76
1.1.15. O papel da educação financeira na formação do cidadão	77
1.1.16. O papel da educação financeira na formação do cidadão	78
1.1.17. O papel da educação financeira na formação do cidadão	79
1.1.18. O papel da educação financeira na formação do cidadão	80
1.1.19. O papel da educação financeira na formação do cidadão	81
1.1.20. O papel da educação financeira na formação do cidadão	82
1.1.21. O papel da educação financeira na formação do cidadão	83
1.1.22. O papel da educação financeira na formação do cidadão	84
1.1.23. O papel da educação financeira na formação do cidadão	85
1.1.24. O papel da educação financeira na formação do cidadão	86
1.1.25. O papel da educação financeira na formação do cidadão	87
1.1.26. O papel da educação financeira na formação do cidadão	88
1.1.27. O papel da educação financeira na formação do cidadão	89
1.1.28. O papel da educação financeira na formação do cidadão	90
1.1.29. O papel da educação financeira na formação do cidadão	91
1.1.30. O papel da educação financeira na formação do cidadão	92
1.1.31. O papel da educação financeira na formação do cidadão	93
1.1.32. O papel da educação financeira na formação do cidadão	94
1.1.33. O papel da educação financeira na formação do cidadão	95
1.1.34. O papel da educação financeira na formação do cidadão	96
1.1.35. O papel da educação financeira na formação do cidadão	97
1.1.36. O papel da educação financeira na formação do cidadão	98
1.1.37. O papel da educação financeira na formação do cidadão	99
1.1.38. O papel da educação financeira na formação do cidadão	100

Índice

1. Introdução	9
2. Revisão da literatura	12
2.1. Importância do conhecimento financeiro	12
2.2. O que é a educação financeira.....	15
2.3. A importância de uma estratégia nacional no âmbito da educação financeira. 19	
3. Metodologia e investigação	23
4. Descrição de estratégias nacionais	26
4.1. Austrália	26
4.1.1. National consumer and financial literacy framework	28
4.1.2. Australians understanding money	30
4.1.3. National consumer and financial literacy professional learning strategy .31	
4.1.4. The national consumer and financial literacy framework	33
4.2. Reino Unido	35
4.3. Estados Unidos da América	39
4.4. Trabalho da União Europeia.....	44
4.5. Análise da educação financeira em Portugal.....	47
5. As implicações das estratégias nacionais de educação financeira.....	52
5.1. A criação de organismos e envolvimento de outras entidades	52
5.2. Inquéritos.....	54

5.3. Criação de portais.....	56
5.4. Identificação das iniciativas desenvolvidas.....	58
5.5. Avaliação das iniciativas.....	64
5.6. Análise do percurso Português.....	66
5.7. Quadro síntese da evolução dos diferentes países em análise e comparar com Portugal.....	69
6. Conclusão.....	70
Bibliografia.....	74

Índice Figuras

Figura 1 – Fases do Ciclo de vida económico de uma pessoa (Fonte: Clark, 2004).....	16
Figura 2 - Construção das Prioridades de Investigação (Fonte: Schuchardt, J et al, 2009)	42
Figura 3 - Desenvolvimento da Estratégia Nacional da Austrália no âmbito da Educação Financeira	60
Figura 4 - Desenvolvimento da Estratégia Nacional do Reino Unido no âmbito da Educação Financeira.....	61
Figura 5 - Desenvolvimento da Estratégia Nacional dos EUA no âmbito da Educação Financeira	62

1. Introdução

Na sequência do tratado de Lisboa, a Comissão Europeia veio reconhecer e identificar um conjunto de “competências básicas” prioritárias a desenvolver junto dos indivíduos, entre as quais constam, as competências matemáticas, as competências sociais e cívicas, bem como competências digitais (European Council, 2006). É este enquadramento ao nível amplo da sociedade e ao nível nuclear das competências básicas dos cidadãos que se deve considerar a questão do conhecimento acerca das questões financeiras.

Actualmente, com a evolução dos mercados financeiros e a recente crise financeira global, tornou-se visível, um conjunto de lacunas que contribuíram para o agravamento da situação financeira dos indivíduos.

Se por um lado, o avanço tecnológico e a maior integração dos mercados financeiros contribuiu para o aumento dos produtos financeiros disponíveis e, por consequência, o aparecimento de produtos com maior grau de complexidade e de risco. Por outro lado, as mudanças demográficas, tais como: baixas taxas de natalidade e uma maior esperança de vida, originaram o envelhecimento da população comprometendo a sustentabilidade a prazo dos sistemas de segurança social e permitir antever uma redução dos benefícios sociais e uma maior transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo na formulação de planos de reforma, tendência já observada em vários países (BP, 2011).

Refira-se que, os indivíduos na sua vida quotidiana são confrontados com a necessidade de tomar decisões financeiras cada vez mais complexas e exigentes, e a falta de conhecimentos leva os indivíduos a tomarem más decisões ou decisões menos adequadas à resolução dos seus problemas.

Neste contexto, a crescente importância da educação financeira tem vindo a ser reconhecida a nível mundial. Considera-se que os indivíduos com um maior grau de educação financeira e capacidade para compreender a informação que é colocada ao seu dispor contribuem também para a eficiência dos mercados financeiros, funcionando como complemento à necessária regulação e supervisão dos produtos bancários a

retalho e da protecção dos indivíduos (BP, 2010). Ao mesmo tempo, os indivíduos com maiores níveis de formação e informação são susceptíveis de adquirir melhores hábitos de poupança, de planear o seu futuro e de seleccionar produtos mais adaptados às suas necessidades e ao seu perfil de risco, ou seja, do recurso responsável ao crédito (CNSF, 2011).

Na sequência da crescente importância da educação financeira, alguns países desenvolveram estratégias nacionais, definindo objectivos para a promoção das iniciativas.

Desta forma, o presente trabalho foi elaborado com o objectivo de estudar as estratégias nacionais de educação financeira a nível internacional, pretendendo identificar as iniciativas que já foram desenvolvidas. Ao identifica-las, poder-se-á delinear algumas linhas orientadoras para Portugal para minimizar a insuficiência ou mesmo ausência da educação nesta área.

Pode-se assim dizer que, este trabalho se analisa e compara o modo como a educação financeira está a ser abordada a nível internacional, visando encontrar as especificidades únicas e as áreas comuns, de forma a poder actuar correctamente em resposta à questão da educação financeira em Portugal.

Para além deste capítulo introdutório esta dissertação inclui cinco outros capítulos.

No Capítulo 2 é efectuado um enquadramento teórico, começando por apresentar as razões que levou à necessidade de melhorar os conhecimentos financeiros dos indivíduos e quais são as consequências de os indivíduos terem um baixo nível de conhecimento nesta área. Após enunciada as consequências da falta desses conhecimentos, é apresentado o conceito de educação financeira, bem como as vantagens e os benefícios que estão associados ao desenvolvimento e expansão da educação financeira e, ainda, é efectuada a apresentação da importância de desenvolver uma estratégia nacional de educação financeira bem como apresentação do que se deve considerar numa estratégia nesta área.

O capítulo 3 descreve a metodologia do trabalho que corresponde a um estudo com base na análise da literatura publicada. A forma de investigação do estudo caracteriza-se como uma metodologia de análise de dados qualitativos, denominada de análise de conteúdo.

No Capítulo 4 são apresentadas as descrições pormenorizadas das análises efectuadas, nomeadamente: Austrália, Reino Unido, e Estados Unidos da América (EUA). Por outro lado, também foi considerado a análise o trabalho da União Europeia (UE) e, ainda, o trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito da educação financeira em Portugal.

O Capítulo 5 complementa o anterior, efectuando uma análise comparativa das linhas de actuação, tendo como objectivo estudar as semelhanças, diferenças e o sucesso temporal relativamente aos países em análise.

Finalmente, o capítulo 6 apresenta os comentários finais em modo de conclusão do trabalho.

2. Revisão da Literatura

A diversidade de aspectos associados ao tema da Educação Financeira, e a necessidade de articular as diversas intervenções, torna particularmente útil o estabelecimento de Estratégias Nacionais.

Assim, para abordar a relevância da educação financeira e a criação de estratégias nacionais nesta área, a revisão da literatura foi dividida em três subcapítulos.

No subcapítulo 2.1. é apresentada a importância do conhecimento financeiro e as consequências da falta desse conhecimento.

O subcapítulo 2.2. complementa o anterior, apresentando a definição e os benefícios que a educação financeira pode trazer para os indivíduos.

Por último, no subcapítulo 2.3. discute-se a necessidade e a importância de se criar uma estratégia nacional.

2.1. Importância do conhecimento financeiro

A necessidade de melhorar a cultura financeira da população tornou-se cada vez mais importante devido às mudanças significativas que tem acontecido ao longo dos últimos anos.

Na origem dessas mudanças estão (OCDE e US Treasury, 2008):

- As alterações demográficas, que deram origem a importantes desafios socioeconómicos;
- Os avanços tecnológicos e a integração dos mercados financeiros, que aumentaram a variedade de produtos e serviços financeiros disponíveis, tornando os mercados cada vez mais complexos e em rápida mudança financeira;
- Os elevados níveis de endividamento; e

- Os desenvolvimentos decorrentes da recente crise financeira global.

Tendo em consideração estas mudanças tornou-se essencial que os indivíduos tenham educação, informação e ferramentas que eles precisem para tomarem decisões informadas e correctas, a fim de manter e reforçar a sua confiança no sistema financeiro e, contribuir deste modo para a estabilidade e crescimento económico (OCDE e US Treasury, 2008).

Refira-se que, no dia-a-dia os indivíduos realizam actividades relacionadas com o consumo e a necessidade de tomar decisões financeiras, tais como: abrir uma conta bancária, comprar um carro e/ou uma casa, planear e gerir o orçamento familiar, pagar uma conta com o cartão de crédito, e adquirir um plano de reforma (MCEETYA, 2009). Depreendendo-se que este tipo de actividades, ao longo do tempo, tem impacto na sua qualidade de vida.

No estudo australiano sobre as atitudes e comportamentos dos indivíduos, o *Australians Understanding Money*, considera-se que a informação e formação adequada podem trazer resultados positivos, concretos e duradouros para os jovens, as famílias, e a sociedade em geral. Assim, os indivíduos com uma boa formação financeira estão (FLF, 2007):

- Em melhor posição para satisfazer as suas responsabilidades;
- Melhor preparados para tomarem decisões informadas sobre seu dinheiro; e
- Melhor habilitados para planear as suas necessidades financeiras e alcançar seus objectivos.

Ao invés, a falta de conhecimentos financeiros que actualmente se faz sentir, pode ter consequências profundas sobre os indivíduos, não apenas sobre as suas finanças pessoais como pode afectar o seu bem-estar financeiro, contribuindo para a instabilidade macroeconómica e financeira. (OFT, 2004).

De acordo com os estudos realizados em diversos países, a falta desses conhecimentos encontra-se, normalmente, nos jovens, nas pessoas com baixos níveis de

rendimento, nos desempregados e nas pessoas com baixo nível de escolaridade (CFLT, 2004). De certo modo, os indivíduos com menor nível de educação financeira são aqueles que têm menos recursos e com nível de escolaridade mais baixo.

Adicionalmente, os estudos existentes mostram que, não só os indivíduos não têm uma formação financeira adequada, como estão convictos de que têm mais conhecimentos do que efectivamente se verifica (FLF, 2007).

Assim, os indivíduos com deficiente formação financeira podem enfrentar sérios problemas, nomeadamente (McQuaid, R. e Egdell, V., 2010):

- Não ter ou ter menos competências para gerir as suas finanças e por consequência ter mais dificuldade de fazer face às despesas;
- Estar a comprometer a sua empregabilidade, devido às suas competências limitadas para comparar opções de carreira de forma eficaz;
- Ficar em dívida insustentável, uma vez que a falta de competências em gerir o dinheiro está ligada à dívida;
- Não estar a fazer poupanças para a reforma ou não ter simplesmente um plano de reforma;
- Estar a experimentar altos níveis de *stress* e ansiedade, especialmente os indivíduos que têm dívidas;
- Estar a pagar mais por um produto e serviço do que na realidade deviam;
- Estar a correr riscos, uma vez que podem entrar num acordo de financiamento que futuramente não podem manter se houver uma redução das suas finanças por algum motivo, por exemplo, ficarem desempregado, ou por motivos de doença;
- Não saberem lidar com acontecimentos inesperados, como por exemplo, a recente crise financeira global; e

- Serem vulnerável a abusos financeiros, particularmente os mais velhos, uma vez que podem estar dependentes de outras pessoas para gerir o seu dinheiro;

Na sequência dos aspectos enunciados ilustra-se a necessidade de melhorar os conhecimentos, as atitudes e os comportamentos dos indivíduos a nível financeiro, sendo que esta situação chamou atenção para a importância e a necessidade de promover a educação financeira.

2.2. O que é a Educação Financeira

A educação financeira é definida como "a capacidade de um indivíduo tomar decisões informadas e eficazes quanto ao uso e à gestão do dinheiro" (Noctor et al, 1992). Deprendendo-se que educação financeira consiste na capacidade para compreender assuntos relacionados com o dinheiro e tomar decisões financeiras responsáveis.

Numa mesma linha de pensamento a Comissão Europeia (CE) considera que a educação financeira alerta os indivíduos para oportunidades e riscos financeiros permitindo-lhes tomar decisões esclarecidas quanto à utilização de produtos financeiros (CE, 2008).

Numa definição mais completa, em 2005, a OCDE, definiu a educação financeira como "o processo pelo qual os consumidores e investidores melhoram a sua compreensão sobre os produtos e conceitos financeiros, de maneira a que, por meio de informação, orientação e/ou aconselhamento objectivo, possam desenvolver as competências e a confiança necessária para se tornarem mais conscientes dos riscos e das oportunidades financeiras, e assim tomarem decisões informadas, saber onde procurar ajuda e realizar outras acções que melhorem o seu bem-estar financeiro" (OECD, 2005). Repare-se que permanece a ideia da capacidade para a tomada de decisão em questões de natureza financeira.

Ainda segundo a OCDE, a educação financeira auxilia os consumidores a gerir o seu orçamento, a poupar, a investir e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. Além disso, para Braunstein e Welch (2002), a educação financeira favorece o desenvolvimento do mercado financeiro, tornando-o mais competitivo e eficiente. Ou seja, a educação financeira, tem impactos benéficos em termos individuais, mas também ao nível de todo o sistema financeiro.

Nick Sherry e Paul Clitheroe (2007), por seu lado, referem a educação financeira como uma competência para a vida. Ainda segundo os autores, compreender e gerir bem o dinheiro é essencial em muitos aspectos da vida, contribui significativamente para independência pessoal e para alcançar o bem-estar de todos. Considera-se que a educação financeira vai ajudar as pessoas a desenvolverem competências financeiras, bem como o seu conhecimento sobre como gerir de forma eficiente o dinheiro.

É ainda de referir que, a oferta de um nível adequado de educação financeira aos indivíduos pode trazer vantagens em todas as idades do seu ciclo de vida e para todos os níveis de rendimento, beneficiando igualmente a economia e a sociedade no seu conjunto (figura 1) (Clark, et al, 2004).

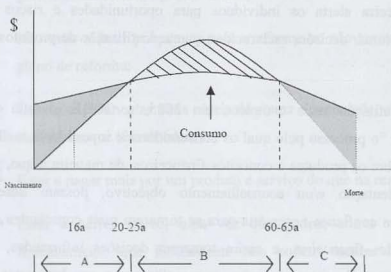


Figura 1 – Fases do Ciclo de vida económico de uma pessoa (Fonte: Clark, 2004)

Ao longo do tempo, os indivíduos passam por diferentes fases da sua vida, sendo que tem grandes mudanças e implicações financeiras e, como tal, existe uma

necessidade de educação financeira em todas as etapas da vida (crianças, jovens, adultos, e idosos) (McQuaid, R. e Egdell, V., 2010).

Desta forma, a educação financeira pode:

- Ajudar as crianças a compreender o valor do dinheiro e ensiná-las a gerir orçamentos e a poupar;
- Proporcionar aos jovens competências importantes que lhes permitam viver em autonomia; e
- Ajudar os adultos a planear grandes acontecimentos para a sua vida, designadamente comprar casa própria, o financiamento dos estudos dos filhos e a preparação para a reforma.

Deve-se ainda lembrar que, a educação financeira também pode ajudar os indivíduos a adoptar disposições financeiras adequadas, para enfrentar situações imprevistas, a investir de forma sensata, a poupar para a reforma e também ajudar a evitar a cair em armadilhas relativamente a pagamentos fraudulentos. Além disso, pessoas mais bem informadas sobre as questões financeiras seleccionam melhor os serviços financeiros adaptados às suas necessidades específicas e tendem a prestar mais atenção aos avisos de risco formulados pelas entidades reguladoras. Por outro lado, são menos propensas a comprar produtos de que não necessitam, a ficar vinculadas a produtos que desconhecem ou a assumir riscos que poderiam colocá-las em dificuldades financeiras (CE, 2007).

No relatório *Financial Capability Evidence Review*, publicado a 30 de Abril de 2010, considera-se que os elementos que melhor resumem a educação financeira de um indivíduo são: a capacidade, a compreensão, as competências, o conhecimento e a motivação. Por outro lado, um indivíduo financeiramente capaz deve saber lidar de forma eficaz e com confiança:

- A gestão diária do seu dinheiro;
- O planeamento do seu futuro, para questões específicas, tais como: a reforma e ou acontecimentos inesperados;

- A eficiência na seleção de produtos financeiros e compreensão destes;
- Onde e como buscar aconselhamento financeiro; e
- Ter a motivação para gerir de forma eficiente o seu dinheiro e realizar mudanças.

Podemos assim concluir que, a educação financeira constitui um benefício para a sociedade, permitindo ajudar os indivíduos a interpretar e a compreender os conceitos relacionados com a gestão eficiente do dinheiro – saber gastar, saber poupar, saber investir e saber gerir –, a identificar os problemas conexos, a tomar decisões financeiras responsáveis e competentes, e a evitar fraudes. Além disso, vai permitir que os indivíduos sejam capazes de planear a longo prazo as suas decisões de consumo, poupança e investimento.

Porém, de acordo com o documento *National Strategy for Financial Literacy*, publicado em Março 2010, a educação financeira por si só, não garante o sucesso financeiro, uma vez que é importante que os indivíduos tenham acesso a informações financeiras fiáveis, claras, oportunas, relevantes e recursos educacionais. Da mesma forma, é importante que os indivíduos estejam informados da necessidade do acesso a esses recursos.

Deste modo, os indivíduos têm de ser persuadidos da necessidade de formação em relação a questões financeiras. É inútil oferecer ideias, materiais práticos e ferramentas se os indivíduos não estiverem preparados para os receber, sendo que é necessário ajudar os indivíduos a tomarem consciência sobre a questão da educação financeira (OCDE e US Treasury, 2008).

2.3. A importância de uma Estratégia Nacional no âmbito da Educação Financeira

Reconhecendo as preocupações dos possíveis efeitos do baixo nível de conhecimento dos indivíduos sobre temas financeiros, existe a necessidade de promover a educação financeira. Dada esta situação, tanto o sector privado como o sector público, têm desenvolvido várias iniciativas nesta área. No entanto, a proliferação de iniciativas desenvolvidas apresenta diferentes objectivos, tendo como consequência a duplicação de trabalhos e a não coordenação das mesmas, visto que existem esforços que não são integrados e por isso são menos eficazes e menos eficientes, acabando por existir a necessidade de definir estratégias nacionais de educação financeira, para colmatar este tipo de lacunas e promover a educação nesta área.

Refira-se que, o desenvolvimento de uma estratégia nesta área é considerado o primeiro passo a ser tomado, uma vez que pretende-se não apenas transmitir informação aos indivíduos, mas também mudar os seus comportamentos e as atitudes sobre a importância da educação financeira (GAO, 2007).

Desta forma, o desenvolvimento destas estratégias, tem normalmente como objectivo principal aumentar o nível de conhecimentos financeiros dos indivíduos. No entanto, existem outros objectivos importantes, considerados por vários países, nomeadamente: promover comportamentos financeiros responsáveis; a inclusão financeira ou sensibilizar a população para a importância da poupança ou do recurso responsável ao crédito (BP, 2011).

Por outro lado, este tipo de estratégias deve assumir uma perspectiva de longo prazo, na medida em que os efeitos da formação financeira só poderão reflectir-se nesse horizonte temporal (CNSF, 2011). A curto prazo, com impacto imediato, apenas consegue-se colmatar as lacunas na protecção financeira dos indivíduos, sendo que melhorar a educação financeira é um investimento a longo prazo (CE, 2010). Esta perspectiva de longo prazo só é garantida por um plano de intervenções mais alargado no tempo, tal como é uma estratégia.

O desenvolvimento destas estratégias começa, geralmente, pelo levantamento das iniciativas existentes para aprofundar o seu processo de integração e, ainda, pelo levantamento do nível de educação financeira dos indivíduos (CFLT, 2004). Pretende-se com estes levantamentos, identificar a diversidade de acções desenvolvidas no âmbito da educação financeira, permitindo verificar a existência de duplicação de trabalho realizado pelas organizações, assim como, a existência de lacunas relativamente a algumas áreas ou segmentos da população que, não sendo visados pelas entidades em causa, poderão, do ponto de vista nacional, constituir alvos prioritários em termos da formação financeira (BP, 2011).

Um outro aspecto relevante, no processo de desenvolvimento destas estratégias, é o envolvimento do governo e de outras entidades, públicas e privadas, com experiências distintas e com acesso a diferentes segmentos da população, necessários para alcançar níveis mais elevados nesta área e garantir a abrangência da estratégia, de forma a conseguir maior eficácia na promoção da educação financeira. Além disso, estas entidades podem contribuir para a disponibilização de meios, para o desenvolvimento de iniciativas e para a identificação das necessidades, tanto do lado da oferta (materiais, preparação de conteúdos, formação de formadores) como da procura (públicos-alvo a atingir, principais áreas temáticas (BP, 2011). De um modo geral, podem mais facilmente dispor dos meios necessários para comunicar e divulgar a estratégia, sensibilizando outros decisores relevantes sobre a importância da educação financeira.

Verifica-se ainda que, uma componente fundamental para o sucesso das estratégias é a intervenção ao nível do sistema educativo. Considera-se que, as escolas e a educação profissional são uma área prioritária para o trabalho futuro, uma vez que os esforços para melhorar a educação financeira se concentram, cada vez mais, nos resultados comportamentais, ou seja, em acções, decisões e comportamentos que influenciam e/ou vão influenciar os resultados da vida. Portanto, um dos segmentos da população onde é dada maior relevância, quer pela sua dimensão, quer pela sua importância, é a população mais jovem, onde a probabilidade de afectar o comportamento é maior (Rabbior, G., 2011). Por outro lado, existem outras iniciativas importantes a incluir numa estratégia nacional. Deve de existir uma variedade de

abordagens e canais que devem ser usados, incluído o uso dos meios de comunicação (CE, 2010).

Quando se trata em obter informação, os indivíduos podem adquiri-la de várias maneiras, nomeadamente, através da televisão, jornais, revistas, Internet, seminários, folhetos e brochuras. No entanto, os indivíduos não optam sempre pela mesma abordagem de aquisição de informação, ou seja, seleccionam fontes de informação que lhes são mais convenientes, acessíveis e confiáveis, sendo por isso, necessário compreender as suas preferências, para a informação ser adequada aos vários tipos de indivíduos (CFLT, 2004).

Por último, as iniciativas desenvolvidas no âmbito de uma estratégia nacional de educação financeira, devem ser rigorosamente avaliadas. É importante medir o seu impacto, para avaliar a eficácia das iniciativas e identificar as necessidades de eventuais ajustes. Assim, este tipo de avaliações pode ser feita através de pesquisas, onde se deve incluir, uma amostra representativa da população, que por sua vez, deve ser segmentada pelas principais variáveis demográficas, abranger os conhecimentos financeiros básicos, e ainda, ter em conta o estudo de base, de forma a ajudar e a informar das iniciativas desenvolvidas (CE, 2010).

Por outro lado, deve ser definido um método de avaliação que permita avaliar os impactos pretendidos e os seus resultados, verificando se foi suficiente a sua contribuição para a definição de metas concretas e de objectivos claros e realistas (BP, 2011).

Repare-se que permanece a ideia de que o desenvolvimento de estratégias nacionais deve assumir um papel de longo prazo. Devem ser definidos objectivos, linhas gerais de actuação e ainda a sua própria avaliação.

De acordo com o relatório *Financial Capability Evidence Review*, publicado a 30 de Abril de 2010, o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da estratégia nacional, deve ter em conta:

- A adaptação a cada pessoa, garantindo que a educação financeira seja relevante para a necessidade actual e situação de cada pessoa;

- Os indivíduos prestadores de informação, que devem ser competentes e confiantes;
- A informação, que deve ser acessível e entregue aos indivíduos numa série de formatos, de modo a estes ficarem conscientes que a informação está disponível;
- Os recursos disponíveis, devem ser adequados e promovidos em todas as etapas de vida;
- O comportamento e as atitudes dos indivíduos, de forma a motivá-los para fazerem as suas escolhas de forma mais adequada; e
- Avaliação das iniciativas para que o seu sucesso possa ser melhor compreendido no futuro.

Em suma, desenvolver uma estratégia nacional nesta área, deve ter como objectivo a implementação de um conjunto de linhas de actuação, que permita contribuir para a promoção da educação financeira, tendo como intuito aumentar o nível de competências e conhecimentos dos indivíduos e, ainda, melhorar os seus comportamentos. Este facto, vai permitir aos indivíduos usar a informação financeira de forma mais adequada e eficiente, efectuar escolhas mais conscientes em relação à gestão dos seus recursos, contribuindo para a eficiência dos mercados financeiros e para a promoção da cultura de educação financeira.

Por outro lado, o desenvolvimento destas estratégias, procura fundamentalmente responder às preocupações sobre os possíveis efeitos dos baixos níveis de conhecimento sobre a educação financeira. Pretende criar condições que permitam a aprendizagem ao longo da vida, o que engloba a satisfação contínua das necessidades cognitivas, procurando adquirir novas competências e qualificações, que são necessárias para estabelecer uma visão a longo prazo de sucesso, de estabilidade e de segurança financeira da sociedade em geral.

3. Metodologia e Investigação

A promoção da educação financeira tem vindo a assumir um papel progressivo desde do início do século. Vários países, tendo em conta a importância da educação financeira, desenvolveram estratégias nacionais com o objectivo de elevar os níveis de conhecimento e compreensão dos indivíduos nesta área. Tal aconteceu, nomeadamente, na Austrália, no Reino Unido, nos Estados Unidos da América, na Nova Zelândia, no Canadá, na Índia e na República Checa.

Neste sentido, o presente trabalho teve como objectivo estudar e identificar as principais linhas de actuação implementadas no âmbito destas estratégias, conseguindo, assim, apreender e compreender os métodos e técnicas que estão a ser utilizadas a nível internacional, de modo a identificar o que Portugal pode aprender com essas iniciativas.

Para alcançar o objectivo pretendido, foi efectuada uma análise da literatura publicada, evidenciando ser este um trabalho com uma natureza metodológica essencialmente qualitativa.

Na investigação qualitativa, existem três grandes métodos de recolha de dados que se podem utilizar como fontes de informação: a observação; a entrevista; e análise documental (Stake, Robert E., 2010). Relativamente ao método utilizado neste trabalho, optou-se apenas pela análise documental de forma a identificar os objectivos e as linhas de actuação das estratégias desenvolvidas a nível internacional.

Refira-se que, neste trabalho, apenas seleccionou-se documentos de forma textual, não tendo sido considerados a recolha de dados estatísticos. Ou seja, os dados recolhidos não poderão ser extrapolados para outras situações que não a estudada.

Este método, a análise documental, pode ser interpretado como sendo constituída por duas etapas: a recolha de documentos e análise de conteúdos (Calado, S. e Ferreira, S., 2005).

A recolha de documentos é uma etapa no método de análise de documentos privilegiando a importância da construção do conhecimento através de uma abordagem

compreensiva e interpretativa dos fenómenos (Calado, S. e Ferreira, S., 2005). É nesta fase que ocorre a escolha dos documentos a serem analisados.

Relativamente à segunda etapa, a análise de conteúdos é considerada “uma técnica de pesquisa para tornar as inferências replicáveis e válidas a partir de textos (ou outras matérias significativas) com os contextos de seu uso” (White, M. e Marsh, E., 2006). Depreende-se que é uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de textos.

Refira-se que o objectivo final da análise de conteúdo é fornecer indicadores úteis ao objectivo do trabalho, permitindo interpretar os resultados obtidos.

Nesta perspectiva, foi possível definir três etapas a ter em conta neste estudo:

- A recolha de fontes documentais;
- A definição da amostra; e
- O tratamento da informação recolhida (análise de conteúdos de documentação).

Como primeira etapa, efectuou-se a recolha de fontes documentais, optando-se por seleccionar a informação que fosse mais adequada ao objectivo do trabalho. Os documentos incluídos na análise tiveram origem em diversas fontes, tais como: jornais; documentos e relatórios produzidos pelas autoridades responsáveis pela estratégia nacional de educação financeira em cada país analisado. Da selecção a incluir na amostra foram, portanto, considerados os documentos mais pertinentes e representativos para análise, sendo que, após a leitura de inúmeros documentos seleccionou-se os documentos que tinham informação de qualidade e com conteúdos sobre o campo de interesse, que neste caso trata-se de estratégias nacionais de educação financeira no âmbito internacional.

De seguida, a segunda etapa do trabalho foi identificar cada elemento a ter em conta na amostra. Depreendendo-se que, de todos os países onde já foram desenvolvidas estratégias nacionais de educação financeira, apenas se considerou a análise de três países: Austrália, Reino Unido e Estados Unidos da América. Tal justifica-se porque

nestes países, já existe um amplo trabalho definido e uma grande variedade de iniciativas desenvolvidas (Orton, L., 2007). Sendo, além disso, abundantemente documentados os processos nos referidos países.

A última etapa, e mais abrangente, procurou-se analisar os aspectos mais relevantes de cada amostra. Na verdade, após reler cuidadosamente os documentos, pode constatar-se que existe uma sucessão de acontecimentos relativamente às estratégias nacionais desenvolvidas, acabando por efectuar-se uma análise de natureza cronológica dos acontecimentos, tendo posteriormente procedido à comparação e organização por linhas de actuação.

Essa organização procurou evidenciar os conteúdos de toda a informação recolhida, sendo que este conjunto de conteúdos foi estruturado da seguinte forma:

- A criação de um organismo e o envolvimento de outras entidades no desenvolvimento de uma estratégia;
- A realização de inquéritos;
- A criação de Portais;
- A identificação das iniciativas desenvolvidas; e
- A avaliação das iniciativas.

De seguida, e de acordo com o objectivo do trabalho, efectuou-se uma análise do percurso de Portugal comparativamente com as estratégias nacionais dos países analisados.

Em suma, no capítulo 4, será efectuada uma descrição pormenorizada das análises efectuadas, sendo que no capítulo 5 é efectuada uma análise comparativa dos conteúdos, tendo como referência os resultados obtidos no capítulo 4.

4. Descrição de Estratégias Nacionais

4.1. Austrália

Segundo a então Ministra das Finanças da Austrália, Helen Coonan (2004), saber gerir e dar uma melhor utilização ao dinheiro é uma competência essencial para todos os indivíduos. A oferta de um nível adequado de educação financeira à população, deve iniciar-se com os mais jovens, devendo leva-la a todas as etapas da vida, desde de crianças do ensino básico aos reformados, independentemente de género, cultura ou língua.

Em Fevereiro de 2004, Helen Coonan criou um grupo de alto nível denominado *Consumer and Financial Literacy Taskforce* (CFLT), com representantes de quinze instituições públicas e privadas, com a missão de desenvolver a primeira estratégia nacional de educação financeira na Austrália.

A referida *Taskforce*, elabora e põe à discussão pública o documento: *Australian Consumers and Money, A Discussion Paper*, um documento que constitui uma referência importante sobre como promover a necessidade de se tornar consciente sobre a educação financeira.

No documento avalia-se a situação existente na Austrália, mostrando os factores que levam a diferentes comportamentos de consumo, assim como as diferentes características pessoais. Ainda de acordo com este documento, constatou-se que não existia falta de iniciativas, tendo sido contabilizadas mais de 700 (sector privado, públicas e organizações comunitárias). No entanto, presenciava-se que a maioria das iniciativas eram insuficientemente divulgadas, causando a sobreposição e à duplicação do trabalho realizado pelas organizações.

Desta forma, a referida *Taskforce*, com o objectivo de melhorar a eficácia e a informação da educação financeira na Austrália, utilizou, como primeiro passo, o desenvolvimento de um modelo de avaliação do comportamento do consumidor, o

Consumer Behavior Model, a fim de melhorar compreensão dos factores que contribuem para a tomada decisão do consumo, e determinar qual o nível de educação financeira que os indivíduos devem de possuir. Como segundo passo, propõe a criação de um organismo nacional para a coordenação das iniciativas no âmbito da educação financeira, propiciando a coordenação de programas já existentes, garantir uma abordagem nacional para a educação do jovens, incentivar e estabelecer programas no local de trabalho e para a sociedade em geral, e desenvolver e aprofundar o conceito de educação financeira.

O governo australiano, percebendo a necessidade do incremento da educação financeira criou, em Junho de 2005, um organismo nacional – *The Financial Literacy Foundation* (FLF) no seio do Departamento do Tesouro com a missão de tratar do tema da educação financeira. A criação da fundação teve como objectivo desenvolver os conhecimentos financeiros dos indivíduos, de forma, aprender a gerir melhor o seu dinheiro e os riscos financeiros, a lidar eficazmente com a complexidade do mercado, e a tirar maior benefício da concorrência e da escolha do sector financeiro da Austrália. Também procurou estimular a divulgação da educação financeira através de campanhas, nomeadamente, pelos média, pelo website www.understandingmoney.gov.au, pela disponibilização de materiais pedagógicos, e realização de actividades nos locais de trabalho (FLF, 2006).

O website *Understanding Money* foi criado e gerido pela FLF, sendo o principal website sobre o tema, com intuito de contribuir para o aumento dos conhecimentos financeiros dos australianos. Neste website encontra-se disponível uma vasta gama de informações sobre a educação financeira, onde os leitores podem aprender mais sobre a gestão do seu dinheiro, uma vez que contém ferramentas de como planear o orçamento e verificar a sua situação financeira, informações sobre questões relacionadas com dinheiro e *links* para outros websites úteis.

Simultaneamente, a FLF trabalhou em parceria com outras instituições governamentais, para conseguir superar as atitudes, os comportamentos, e barreiras estruturais de modo a melhorar o progresso do seu trabalho e o acesso à educação financeira.

Para finalizar, é importante salientar que em Julho de 2008, as funções e o trabalho até então desenvolvidas pela *Financial Literacy Foundation* foi transferido para *Australian Securities and Investments Commission* (ASIC), incluindo o website *Understanding Money*, tornando-se responsável pela gestão do website.

A ASIC foi formada a partir do *Australian Securities Commission* (ASC) e iniciou a sua actividade a 1 de Julho de 1998 como reguladora da defesa dos serviços financeiros e do consumo. O seu papel é fiscalizar e regular a sociedade e as leis relativas aos serviços financeiros para proteger os consumidores, investidores e credores australianos.

4.1.1. *National Consumer and Financial Literacy Framework*

Uma das primeiras iniciativas a ser desenvolvida e que enquadra o tema no âmbito da educação financeira na Austrália foi o *The National Consumer and Financial Literacy Framework*.

Ao longo deste ponto, apresenta-se as principais ideias relativamente a esta iniciativa, através do documento preparado pelo *Ministerial Council on Education, Employment, Training and Youth Affairs* (MCEETYA) e *Financial Literacy Working Party*, publicado em 2005.

O “quadro” foi desenvolvido por um grupo de trabalho instituído pelo MCEETYA, com intuito de melhor articular a aprendizagem necessária para satisfazer o *National Goals of Schooling* - Declaração de Adelaide de 1999¹, acabando por receber a aprovação em Novembro de 2005.

A criação do “quadro” procurou ajudar os jovens no que diz respeito ao investimento na educação, pelo que se identificou necessidades importantes, incluindo, o desenvolvimento do currículo escolar até ao 10º ano, proporcionando aos docentes a oportunidade de se desenvolverem profissionalmente na área da educação financeira, e orientar os autores no desenvolvimento do material pedagógico.

¹ Substitui a declaração Hobart de 1989 e documentos anteriores

Como referido no documento já citado, com a criação deste “quadro” pretendeu-se que todos os jovens que encontrem-se em idade escolar obrigatória, que vai desde da pré-escola até ao 10º ano, tivessem acesso a programas sobre educação financeira. Deprendendo-se que os jovens devem ter a oportunidade de adquirir conhecimento e compreensão, competências e valores essenciais sobre o tema.

Baseado no *the Scottish Consultative Council on the Curriculum* (1999), o “quadro” indica quatro dimensões inter-relacionadas, designadamente, o conhecimento e a compreensão, a competência, a iniciativa, e a responsabilidade, que proporciona aos estudantes uma boa base de conhecimentos para as decisões financeiras que terão de enfrentar na vida adulta.

O documento refere ainda que, para cada ano de escolaridade específico é descrito a aprendizagem tendo em atenção as quatro dimensões.

Nos primeiros anos de escolaridade, os alunos estão expostos a conceitos básicos, destacando-se ideias como: o que é o dinheiro, de onde vem o dinheiro, perceber a diferença entre as necessidades e os desejos, compreender que o dinheiro é usado para trocar bens e serviços, e questões relacionadas com o consumo.

Nos anos médios de escolaridade, 5º ao 7º ano, após terem adquirido os conceitos básicos, os alunos irão aprender sobre as formas do dinheiro através da receita, da despesa, preparar e examinar registos financeiros, classificar e comparar os bens e serviços, a importância da poupança, compreender o uso do salário, e entender que os compradores tem direitos e responsabilidades.

No 9º ano, os alunos são capazes de distinguir as diferentes fontes de receita e despesa, de manter simples registos financeiros, o uso adequado do crédito, de estabelecer a curto e longo prazo metas financeiras, escolha adequada dos serviços financeiros, o uso adequado do pensamento para resolver problemas do consumo, os direitos do consumo, e as suas responsabilidades, tal como, a utilização do cartão de crédito de forma responsável.

Neste contexto, o que se pretendeu com a implementação do *National Consumer and Financial Literacy Framework* no sistema escolar foi oferecer a oportunidade aos

jovens de adquirir e aprender um conjunto de conceitos, de modo a conseguir gerir as suas finanças pessoais: receitas e despesas, preparar o seu orçamento, manter registos financeiros, pensar criticamente e resolver problemas.

Por último, o MCEETYA, considera a aprendizagem profissional dos docentes, como uma área de necessidade para o êxito da implementação do “quadro” (FLF & QTP, 2008).

4.1.2. *Australians Understanding Money*

Segundo o Presidente da FLF, Paul Clitheroe (2007), saber o que os Australianos pensam sobre o dinheiro, o que sabem, o que precisam de apreender é fundamental para dar oportunidade a todos os Australianos de gerir melhor o seu dinheiro, na tentativa de conseguir obter melhores resultados.

Desta forma, a FLF, encomendou um estudo que abrangue 7.500 australianos com idade compreendida entre 12 a 75 anos, sendo que a amostra final foi ponderada por idade, sexo e distribuição geográfica, tendo como intuito de identificar as atitudes e os comportamentos dos australianos face ao dinheiro e relativamente à sua gestão (FLF, 2007).

Paul Clitheroe (2007), considerou importante este estudo, uma vez que quanto mais se souber sobre as atitudes e os comportamentos dos indivíduos, melhor se consegue estimular uma mudança positiva.

O relatório - *Australians Understanding Money*, é uma pesquisa de natureza subjectiva e compreende uma variedade de questões relacionadas com a gestão do dinheiro: a capacidade de gerir o orçamento, a capacidade de investir e a capacidade de planear o seu futuro financeiro a longo prazo (reforma). Também, contém questões relacionadas com o que os inquiridos pensam sobre o dinheiro, referente às atitudes, crenças e comportamentos.

Como referido no relatório já citado, os resultados desta pesquisa mostraram que a maioria dos australianos, inclusive os jovens, sabe o que deve fazer quando se trata de

gerir o dinheiro. No entanto, são menos confiantes na capacidade de investir, de garantir dinheiro suficiente para a reforma e de compreender as informações relacionadas com questões financeiras. Por outro lado, para questões menos complexas e mais frequentes, tais como: a poupança, o orçamento, e lidar com cartões de débito e de crédito, mostram-se mais confiantes.

Por último, constatou-se que os australianos estão determinados a aprender mais sobre o dinheiro e a sua gestão, e Paul Clitheroe considerou interessante, um resultado positivo e encorajador.

De um modo geral, foi através das conclusões deste relatório, que a imagem dos australianos em relação às atitudes e o comportamento de como gerir o dinheiro começou a emergir.

4.1.3. *National Consumer and Financial Literacy Professional Learning Strategy*

Uma outra iniciativa importante, realizada em 2007, foi o estabelecimento da *National Consumer and Financial Literacy Professional Learning Strategy*, um quadro de referência para os docentes sobre o tema da educação financeira (FLF, 2007a).

Ao longo deste ponto, são apresentadas as principais ideias do documento *National Consumer and Financial Literacy Professional Learning Strategy for Teachers of Consumer and Financial Literacy*, publicado em Agosto de 2007.

Após se ter definido o “quadro” mencionado no subcapítulo 4.1.1, a *Financial Literacy Foundation*, e Chief Executive Officer (CEO) da educação concordaram sobre a necessidade de aprendizagem profissional dos docentes. Desta forma, em 2006, criou-se um grupo, o *Reference Group*, para ajudar a desenvolver uma iniciativa de aprendizagem profissional.

Ainda nesse ano, a FLF efectuou pesquisas nacionais e trabalhou com os docentes sobre a necessidade da aprendizagem profissional para integrar a educação financeira nos currículos. Os resultados dessa pesquisa foram relatados pelo *Reference Group* no relatório *Professional Development Consultation Report*, destacando-se:

- A necessidade de incluir no currículo escolar a educação financeira;
- A falta de confiança e a necessidade dos docentes de conseguirem transmitir os princípios fundamentais e desenvolver competências nesta área;
- A necessidade do desenvolvimento de diferentes modelos para se adaptar às diferentes necessidades dos docentes; e
- A necessidade de um plano de aulas.

Após a identificação das necessidades, foi desenvolvida uma iniciativa que teve como objectivo apoiar os docentes na construção do seu conhecimento, compreensão e capacidades que permitissem apresentar resultados efectivos na educação financeira. Por outro lado, esta iniciativa pretendeu proporcionar aos docentes a oportunidade de enriquecer a sua capacidade profissional, e apoiar uma maior cultura financeira em todo o ensino.

O documento refere ainda um plano de quatro acções que, juntas, garantiram a aprendizagem profissional contínua de todos os docentes. Além disso, apoiou o desenvolvimento do “quadro” e o êxito da sua implementação em 2008, ajudou a identificar acções para a sua sustentabilidade em 2009 e o seu crescimento contínuo.

A primeira acção, o *Development of Professional Learning Materials*, consistiu em desenvolver o programa *National Consumer and Financial Literacy Professional Learning*, permitindo aos professores do ensino primário e secundário reforçar as suas capacidades e a integrar o conhecimento, aptidões e valores sobre o tema em todo o currículo escolar.

A segunda acção, *Delivering Professional Learning*, pretende proporcionar oportunidade de ensino profissional de educação financeira e do consumo para os educadores através do *Australian Government Quality Teaching Programme (AGQTP)* em 2008. Este programa tinha como objectivo dotar os professores com conhecimento, compreensão e as competências necessárias de forma a garantir um ensino de qualidade ao longo de todo o currículo escolar. Nesse sentido, através do programa AGQTP, em

todos os estados e territórios, os docentes frequentam ações de formação, tais como: conferências, seminários, workshops, fóruns, apresentação de casos através do website da FLF e vídeo-conferências.

A terceira ação, *Promotion of the strategy*, pretendem desenvolver e implementar um plano de comunicação que promova a educação financeira e o suporte de aprendizagem profissional disponibilizado aos professores em 2008.

A quarta ação, e última, *On-Going Professional Learning*, pretende implementar um plano que assegure suportes de aprendizagem profissional de educação financeira aos docentes a longo prazo de forma a melhorar os resultados dos alunos, e através de boas políticas de *Governance*, as escolas podem desenvolver relações mutuamente benéficas e sustentáveis para incorporar a educação financeira no futuro.

4.1.4. *The National Consumer and Financial Literacy Framework*

O *The National Consumer and Financial Literacy Framework*, conforme previamente explicado no ponto 4.1.1, foi revisto em 2009, em resposta às mudanças significativas no contexto da educação, particularmente com o desenvolvimento do currículo nacional.

A declaração Melbourne de 2008², reconhece que o ensino escolar no século XXI deve preparar os jovens com “conhecimento, compreensão, competências e valores para beneficiar de oportunidades e enfrentar os desafios desta época com confiança” (MCEETYA, 2009).

Considera-se que, esta declaração, comparativamente com as declarações anteriores, a Declaração Hobart de 1989 e a declaração Adelaide de 1999, tem um contexto mais vasto e estabelece novas exigências ao ensino australiano (MCEETYA, 2008).

² Substitui a declaração Adelaide (1999)

Relativamente às declarações anteriores, o Governo e Ministro da Educação se comprometeram-se a trabalhar em conjunto para melhorar e assegurar a qualidade do ensino dos jovens australianos (MCEETYA, 2008). Enquanto que, na declaração Melbourne, o Governo e Ministro da Educação se comprometeram a trabalhar juntos de modo a que o ensino australiano promova a equidade e a excelência e que todos os jovens australianos se tornarem alunos bem-sucedidos, confiantes e criativos, e indivíduos activos e informados (MCEETYA, 2009).

Para finalizar, o *National Consumer and Financial Literacy Framework* 2009 foi revisto para satisfazer as novas exigências ao ensino australiano (MCEETYA, 2009):

- A importante contribuição que a educação financeira pode trazer para a realização da declaração Melbourne; e
- Promover auxílio para o desenvolvimento do currículo australiano até ao 12º Ano.

As restantes medidas, ajudar os autores no desenvolvimento do material de apoio e a aprendizagem profissional dos docentes nesta área, já estavam planeadas no anterior “quadro”.

Em síntese, o processo australiano, ao longo do tempo, tem vindo a desenvolver um vasto leque de iniciativas para promover a educação financeira, incluindo: a criação da FLF, o surgimento de novos programas a nível do sistema educativo; a realização de inquéritos e outros estudos; e a criação do website.

4.2. Reino Unido

Em 2000, foi criada a *Financial Services Authority* (FSA), com poderes fixados pela lei *Financial Services and Markets Act 2000* (FSMA) como o único regulador de serviços financeiros e considerada uma das principais instituições envolvidas no processo *Financial Capability*³ (Atkinson, A. et al, 2007).

A FSA é uma organização não-governamental que actua na protecção dos consumidores, no combate aos crimes financeiros e na divulgação dos conceitos ligados ao funcionamento do sistema financeiro. (England e Chatterjee, 2005). Refira-se que, a FSA é um organismo responsável pela liderança da estratégia nacional de educação financeira no Reino Unido.

Após a sua constituição e com base em pesquisas anteriores, a FSA verificou (Atkinson, A. et al, 2007):

- Existência de assimetrias de informação;
- Indivíduos incapazes de diferenciar serviços e produtos financeiros; e
- Indivíduos com baixo grau de educação financeira.

Verificou-se, ainda, que alguns dos indivíduos sentem dificuldades específicas, sendo muitas vezes classificados como vulneráveis, em desvantagem, excluídos ou susceptíveis, considerando-se que, a vulnerabilidade é frequentemente classificada em termos demográficos, incluindo os jovens, pessoas na idade de reforma, as classes sociais mais baixas e os desempregados (Brennan, C. & Coppack, M., 2008).

Neste contexto, A FSA promoveu a criação de um grupo, denominado, *Financial Capability Steering Group*, para ajudar de forma coordenada no desenvolvimento e na implementação da estratégia nacional e, ainda, para fiscalizar a sua execução. O *Steering Group* é composto por representantes de alto nível, tais como: representantes do governo e de organizações não governamentais; associações de consumidores e de empregados; e a imprensa (FSA, 2003).

³ Expressão utilizado no Reino Unido. Irá ser usado apenas a expressão Educação Financeira

Em Novembro de 2003, a FSA lançou uma estratégia nacional denominada *National Strategy for Financial Capability*, desenvolvida em conjunto com o *steering Group*, para ajudar de forma coordenada no desenvolvimento e na implementação da estratégia (FSA, 2003).

Se por um lado a FSA identificou a necessidade de educação financeira como “grande” e “urgente” (Brennan, C. & Coppack, M., 2008). Por outro lado, o *Steering Group* concordou que havia falta de uma estratégia nacional no Reino Unido para melhorar a educação financeira, e que esta lacuna devia ser preenchida (FSA, 2003). O que por sua vez, fez com que a FSA e o *Steering Group* trabalhassem em conjunto para enfrentar este desafio.

Em 2006, a FSA realizou uma pesquisa nacional, que teve como principal objectivo identificar o nível de educação financeira da população do Reino Unido, analisando diferentes tipos de comportamento: fazer face às despesas; gestão do dinheiro; planear o futuro; escolher os produtos; e ficar informado sobre as questões financeiras (FSA, 2006a).

O inquérito foi realizado a 5.328 indivíduos e abrangeu toda a população do Reino Unido - Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. A dimensão da amostra permitiu limitar a margem de erro máxima de 1,4% com um intervalo de confiança de 95% (Atkinson, A. et al, 2007).

De salientar ainda que, esta pesquisa foi o primeiro estudo de base quantitativa de educação financeira no Reino Unido e a OCDE considerou “o estudo mais completo do mundo” (Atkinson, A. et al, 2007).

Os resultados da pesquisa foram apresentados no relatório denominado *Financial Capability in the UK: Establishing a Baseline*, publicado em 2006, destacando-se que: um grande número de pessoas, não estava a tomar medidas básicas de planear o futuro, tal como, não ter poupanças, não planear a reforma, não ter recursos para fazer face a uma despesa inesperada ou até mesmo o desemprego; o problema do endividamento não afecta grande proporção da população, no entanto, quando afecta, normalmente é grave; a população assume riscos financeiros; a população com idade

inferior a 40 anos, especialmente o grupo etário entre os 18 e 30 anos, tem uma educação financeira inferior à população mais idosa, independentemente dos baixos níveis de rendimento e da inexperiência em lidar com as instituições financeiras; e por último, a população não toma medidas adequadas para escolher os produtos tendo em atenção as suas necessidades.

Na sequência desta pesquisa, a FSA concluiu haver uma necessidade clara de tomar medidas, uma vez que muitos dos indivíduos do Reino Unido não têm a confiança e a capacidade para tomar decisões efectivas sobre a gestão do seu dinheiro. Depreendendo-se que os resultados desta pesquisa foram um contributo importante para a definição das prioridades da estratégia e saber onde focar a sua atenção (FSA, 2006a). Em 2006, três anos após de ter sido lançada a estratégia e com base nos resultados da pesquisa nacional, a FSA juntamente com os seus parceiros lançou o *seven point programme*, que combina medidas de longo prazo para estabelecer as bases para uma melhoria sustentada ao longo do tempo, e medidas de curto prazo para ter um impacto mais imediato. Das actividades enquadradas no *National Strategy for Financial Capability*, destacou-se (FSA, 2006b):

- Escolas: é importante perceber o valor do dinheiro;
- Ajudar os jovens a perceber o valor do dinheiro;
- Local de trabalho: maximizar a utilidade do dinheiro disponível;
- Comunicar com o consumidor;
- Ferramentas *on-line*;
- “Novos” pais: responsabilidade financeira; e
- Aconselhamento financeiro.

A primeira iniciativa, pretende introduzir no currículo escolar tópicos sobre a educação financeira, e promover a formação dos jovens. A segunda iniciativa, pretende garantir que os indivíduos (estudantes e jovens adultos que não tem emprego) tenham acesso a materiais e formação nesta área. A terceira iniciativa, promove a formação

financeira dos trabalhadores nos locais de trabalho através de recursos acessíveis e de cursos dados por profissionais nesta área. A quarta iniciativa, estabelece formas de comunicação entre FSA e os clientes, de forma a tornar a informação mais acessível. A quinta iniciativa, pretende ajudar os indivíduos a avaliar a sua situação financeira através de ferramentas *on-line*. A sexta iniciativa, pretende alertar os “novos” pais das responsabilidades financeiras adicionais disponibilizando informação para tal. Finalmente, a sétima iniciativa, promove o acesso dos clientes a aconselhamento financeiro relevante e de qualidade.

Com este conjunto de iniciativas, pretendeu-se atingir o objectivo, de promover a expansão da educação financeira, mediante a combinação de medidas abrangendo os jovens e os adultos em todos os lugares, nomeadamente, nas escolas (ensino primário, secundário e superior), e fora da escola, no local de trabalho. Refira-se que, o envolvimento com outras organizações foi essencial para trabalhar na formação dos jovens nas escolas, bem como na formação dos adultos no local de trabalho (Tiner, J., 2006).

Deve-se ainda referir que a FSA por meio das diferentes iniciativas desenvolvidas, pretendeu alcançar, nos últimos cinco anos, pelo menos 10 milhões de pessoas (Oehler, A. & Werner, C., 2008).

Outra preocupação tem sido a avaliação das iniciativas da estratégia nacional, pretendendo repetir a pesquisa a cada quatro ou cinco anos. Considera-se imprescindível avaliar o progresso do que foi feito e o que pode ser melhorado, de modo, a saber onde focar esforços futuros. E, claro, os resultados da pesquisa irão influenciar e contribuir para orientar as prioridades da estratégia no futuro (Tiner, J., 2006).

Em 2010, realizou-se uma nova pesquisa para verificar se houve progressos relativamente ao nível de educação financeira dos indivíduos e o impacto da estratégia.

Em síntese, no Reino Unido desenvolveu-se um plano de acções para promover a educação financeira, dele se destaca: a criação da FSA; a realização de inquéritos; o desenvolvimento de iniciativas direccionadas para escolas, empresas e grupos mais vulneráveis; e a realização de uma nova pesquisa para analisar a eficácia das iniciativas.

4.3. Estados Unidos da América

Em 2002, o Departamento do Tesouro criou o *Office of Financial Education* (OFE), com a missão de dotar os indivíduos dos EUA com conhecimento prático necessário, para que possam tomar decisões de investimento e escolhas conscientes e bem informadas, ao longo das diferentes fases de suas vidas (FLEC, 2006).

Em seguida, em 2003, foi instituída a *Fair and Accurate Credit Transactions Act* (FACT), no seu título V (*Financial Literacy and Education Improvement Act*), tratando de estabelecer uma Comissão, a *Financial Literacy and Education Commission* (FLEC), liderada pelo Secretário do Tesouro e composta por 20 instituições norte-americanas, incluindo o *Securities and Exchange Commission* (SEC) e o *Commodity Futures Trading Commission* (CFTC), com o objectivo de melhorar a educação financeira dos indivíduos daquele país, por meio de uma estratégia nacional de educação financeira (FLEC, 2006).

A lei de 2003, a FACT, Título V, Sessão 514, estabelece, em parte, que a estratégia "deve prever a participação do governo, das instituições privadas, públicas e sem fins lucrativos, na criação e implementação dessa estratégia" (FLEC, 2006).

Neste contexto, a FLEC promove o acesso de iniciativas de educação financeira, em parceria com outros órgãos governamentais e do sector privado.

Em Agosto de 2004, a Comissão emitiu a solicitação de comentários sobre proposta de uma estratégia nacional de educação financeira, tendo recebido mais de 150 contribuições de indivíduos e organizações (instituições do ensino, organizações não governamentais, entre outros). Por outro lado, para obter mais informações e opiniões, a Comissão realizou reuniões com o sector público, convidando-o a apresentar comentários e a participação no processo de consulta. Por último, a Comissão, também reuniu-se com um grupo de trabalho de 13 instituições para darem um contributo significativo para a estratégia (FLEC, 2006).

Desta forma, a FLEC reconheceu e concluiu que uma estratégia nacional para ser eficaz deveria abranger quatro áreas cruciais. A primeira, foi informar os indivíduos acerca dos recursos disponíveis - materiais e os programas existentes -, tornando-os

mais conhecidos e disponíveis, nomeadamente, por meio da internet através da criação do website www.mymoney.gov que contém informações sobre como compreender, avaliar e comprar produtos e serviços financeiros. Para além deste site, foi criada a linha directa e gratuita, 1-888-MyMoney, para pessoas que não utilizam a internet.

A segunda, foi o desenvolvimento de materiais de apoio e estratégias de divulgação. A terceira, foi coordenar os esforços para a implementação da estratégia, estabelecendo a cooperação entre o governo, as entidades públicas e privadas e os indivíduos. Sendo que cada um desses intervenientes têm o seu papel: o governo regula e supervisiona o mercado financeiro e a divulgação de informação para os consumidores; o sector privado, inclusive organizações sem fins lucrativos, utilizam os seus conhecimentos, recursos e posicionamento para desenvolver programas de educação financeira; e por último, os indivíduos, tem interesse em gerir as suas finanças e utilizar as informações e os programas fornecidos pelo governo e pelo sector privado.

Finalmente, a quarta medida, foi apoiar a investigação e avaliação de programas, uma vez que existe pouca pesquisa sobre os métodos de sucesso para a educação financeira (FLEC, 2006).

Em 2006, em cumprimento à determinação contida na lei de 2003, a FLEC lançou a estratégia nacional para os EUA denominada *Taking Ownership of the Future: The National Strategy for Financial Literacy*. Com esta estratégia pretendeu-se tornar os indivíduos mais conscientes da importância da educação financeira e desafiar todas as organizações do país a ajudar os americanos a elevar o seu nível de educação financeira para que possam desfrutar do seu futuro. Esta estratégia assenta em três objectivos principais: **identificar** os problemas no domínio da educação financeira; **propor** soluções; e **promover o debate** sobre a educação financeira (DT, 2006).

O principal foco de análise da estratégia contém treze áreas de interesse, com temas específicos: formação de poupança; aquisição de casa própria; planeamento da reforma; crédito; defesa do consumidor; direitos do contribuinte; protecção dos investidores; exclusão bancária; população multicultural (atenção às minorias étnicas e

culturais); educação pós-secundário; investigação e avaliação de programas; coordenação; e perspectiva internacional (FLEC, 2006).

As treze áreas abordadas estão estruturadas da mesma forma, contém um panorama actual do respectivo tema (identificar problemas no domínio da educação financeira), uma discussão sobre os desafios e as questões específicas para esse tema e as possíveis soluções para enfrentar esses desafios, terminando com uma ou mais “chamadas de acção” específicas para melhorar a educação financeira de todos os americanos. Cada “chamada de acção” é associada a pelo menos uma tática, existindo cinco tácticas que ocorrerem em combinações diferentes e que são métodos ou abordagens gerais para lidar com as diversas questões de educação financeira. As tácticas específicas da educação financeira são: Who, What, Where, When, e How, pretendendo ajudar a perceber os problemas que os americanos estão a ter com a educação financeira e a elevar os níveis de educação financeira (DT, 2006).

Em Janeiro de 2008, o presidente dos EUA, por meio da *Executive order* nº 13.455, criou o conselho para a educação financeira, o *President’s Advisory Council on Financial Literacy*. Este Conselho teve como objectivo (PACFL, 2009):

- Melhorar a educação financeira dos jovens nas escolas e dos adultos no local de trabalho;
- Aumentar o acesso a serviços financeiros;
- Desenvolver investigação na área da educação financeira; e
- Aumentar a consciência pública do problema e dos muitos recursos disponíveis para combatê-lo.

Ainda em 2008, em Washington, DC, o U.S. Department of the Treasury (USDA) e o U.S. Department of Agriculture Cooperative State Research, Education, and Extension Service (CSREES) convocaram um simpósio de investigação nacional sobre a educação financeira. Participaram vinte e nove estudantes de universidades públicas e privadas, organizações sem fins lucrativos, tendo como principal objectivo identificar as lacunas na educação, através da análise da educação financeira actual, bem

como definir e dar prioridade a estas questões para análise e investigações futuras (Schuchardt, J *et al*, 2009).

Durante os dois dias de simpósio discutiu-se quatro áreas (Schuchardt, J *et al*, 2009):

- Aplicação da teoria do comportamento;
- A socialização económica do consumidor;
- A educação financeira e avaliação de programas; e
- Avaliação dos riscos financeiros.

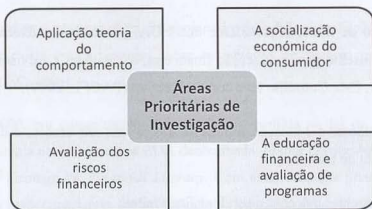


Figura 2 - Construção das Prioridades de Investigação (Fonte: Schuchardt, J *et al*, 2009)

No final do simpósio estavam discutidas e acordadas 10 recomendações de pesquisa, das quais destaca-se apenas quatro: (Schuchardt, J *et al*, 2009):

- Princípios básicos de finanças pessoais que cada consumidor precisa saber;
- Medidas válidas e confiáveis de sucesso para a educação financeira;
- Os indivíduos consigam perceber e gerir os seus riscos; e

- Os indivíduos consigam identificar as tolerâncias de riscos financeiros e capacidades.

Em Julho de 2009, o DT convocou uma reunião com a FLEC para rever as suas abordagens, funções e finalidades. Nesse sentido, criou-se um grupo de trabalho, a National Strategy Working Group (NSWG) para ajudar a elaborar uma nova estratégia nacional para os EUA denominada *National Strategy for Financial Literacy 2011* (NSFL, 2010).

Pretendendo efectuar uma abordagem abrangente, o grupo de trabalho (FLEC, 2010):

- Reviu a estratégia nacional dos EUA de 2006;
- Pesquisou sobre as estratégias nacionais dos outros países; e
- Baseou-se nas conclusões do simpósio de 2008.

Por outro lado, houve a realização de diversas parcerias com uma vasta gama de interessados, com conhecimentos e competências no domínio da educação financeira, tais como: organizações privadas e sem fins lucrativos; grupos de consumidores e de defesa de interesses; instituições de ensino; e o anterior presidente do Conselho Consultivo da educação financeira. Entretanto, a este conjunto de entidades, o grupo pediu para que respondessem a uma série de questões, de modo, a orientar a formulação da estratégia (FLEC, 2010).

De acordo com este processo, o grupo de trabalho definiu 4 objectivos para a nova estratégia nacional de 2011 (NSFL, 2010):

- Aumentar o conhecimento e o acesso à educação financeira;
- Determinar e integrar competências financeiras essenciais;
- Reforçar a oferta da educação financeira (desenvolver um modelo de currículo de educação financeira); e
- Identificar e partilhar práticas eficazes.

Em síntese, a estratégia nacional dos EUA, ao longo do tempo, tem vindo a sofrer alterações. Inicialmente foi criado um organismo, a FLEC, com o objectivo de incrementar a educação financeira aos indivíduos, através de uma estratégia nacional de educação financeira. Nesse sentido, foram desenvolvidas várias iniciativas, que abordaram 13 áreas de interesse sobre a educação financeira.

Recentemente, a estratégia nacional publicada em 2006 foi objecto de uma revisão, para definir áreas gerais de acção que têm sido identificados como críticas para o bem-estar financeiro de todos os indivíduos, e além disso, pretendeu-se promover uma cultura na qual os indivíduos possam fazer um balanço periódico da sua situação financeira, e estabelecer uma visão a longo prazo de sucesso, segurança e estabilidade financeira para os indivíduos dos EUA.

4.4. Trabalho da União Europeia

Em 2007 a Comissão Europeia (CE) publicou uma comunicação denominada Educação Financeira, onde reconheceu a importância do tema e fez recomendações. Pretendeu-se com esta comunicação sensibilizar os Estados Membros para a necessidade de enfrentar o problema do baixo nível de educação financeira dos indivíduos, incentivando e promovendo a oferta de educação financeira de elevada qualidade na União Europeia (UE), incluindo a partilha das melhores práticas, e desenvolvendo determinados instrumentos práticos que permitissem alcançar mais facilmente estes objectivos (CE, 2007).

De facto, a CE considera útil definir princípios para ajudar os países membros, instituições do sector público e privado e outras partes interessadas no lançamento e gestão de programas de educação financeira. Desta forma, define oito princípios a observar numa estratégia nacional (CE, 2007):

- Deve estar disponível e ser activamente promovida, numa base contínua, em todas as etapas da vida;

- Os programas de formação financeira devem ser dirigidos às necessidades específicas dos indivíduos, após investigação sobre o seu nível de conhecimentos financeiros;
- Os consumidores devem receber educação sobre questões económicas e financeiras o mais cedo possível, começando na escola;
- Sensibilizar os indivíduos para a necessidade de melhorar a compreensão dos problemas e riscos financeiros;
- A educação financeira ministrada por prestadores de serviços financeiros deve ser equitativa, transparente e imparcial;
- Os recursos disponíveis para a formação devem ser adequados;
- A coordenação nacional entre as partes interessadas deve ser promovida; e
- Os prestadores de formação financeira devem promover a avaliação das suas iniciativas.

Na sequência desta comunicação foi instituído, em 2008, um grupo de peritos com experiência na área da educação financeira, o *Expert Group on Financial Education* (EGFE), para partilhar e promover a promoção das melhores práticas de educação financeira. Além disso, o grupo de peritos foi criado para dar o parecer à CE sobre a aplicação dos princípios que devem presidir à oferta de programas de educação financeira de alta qualidade e a melhor forma de superar os obstáculos identificados (CE, 2008a).

Com base nas discussões do grupo vários especialistas apresentaram as suas experiências, sendo emitidas por A. Laboul (OCDE), Dredge J. (UK FSA), O'Leary K. (Irlanda - Regulador dos serviços Financeiro), Trifilidis M. (Banca d'Italia), Valência, A. (Espanha - Ministério das Finanças) e D. Hradil (Rep. Checa - Ministério das Finanças), identificando-se alguns factores-chave para promover melhores práticas na implementação de estratégias nacionais na área da educação financeira, tais como (CE, 2008a):

- Garantir a coordenação entre entidades públicas e privadas;
- Estabelecer um plano bem detalhado que defina claramente os objectivos;
- Orientar as iniciativas para as necessidades específicas;
- Definir os canais de desenvolvimento da educação financeira tendo em conta a sua eficácia;
- Conseguir atingir o maior número possível de pessoas;
- Assegurar o nível de financiamento para as iniciativas; e
- Avaliar as iniciativas de forma a medir a eficácia e a identificar ajustamentos necessários a introduzir.

Na promoção da educação financeira na UE destaca-se também a iniciativa *Dolceta* (2003), um portal Web e o recente lançamento da *European Database for Financial Education* (2009), que compila informações sobre os programas de formação financeira e os projectos de investigação desenvolvidos pelos Estados-Membros nesta área (BP, 2010).

Em síntese, este grupo de peritos confirma, a necessidade urgente de assegurar um nível adequado de educação financeira aos cidadãos europeus, e aconselha a CE a incentivar as autoridades responsáveis em todos os Estados-Membros a desenvolverem estratégias nacionais na área da educação financeira.

Este facto, já acontece em alguns países, nomeadamente: no Reino Unido, na Irlanda e na República Checa. Tanto o Reino Unido como a Irlanda estão entre os líderes mundiais, tendo em conta o avanço das suas iniciativas para melhorar a educação financeira dos indivíduos (CE, 2008a).

4.5. Análise da Educação Financeira em Portugal

Como mencionado anteriormente, diversos organismos internacionais, bem como a UE, têm desenvolvido diversos trabalhos para a promoção da educação financeira.

No início do ano 2008, o Banco de Portugal (BP) começou a preocupar-se com a importância da educação financeira, quando lhe foi atribuída as competências e responsabilidades específicas de supervisão comportamental.

Desta forma, o BP tem acompanhado os principais fóruns internacionais sobre a educação financeira, nomeadamente, a evolução das linhas orientadoras, de modo a permitir avaliar os resultados das iniciativas implementadas. Por outro lado, o BP tem vindo a desenvolver um projecto para a promoção da educação financeira em Portugal. Em Abril de 2008, criou um website - www.clientebancario.bportugal.pt, direccionado para a prestação de informação aos clientes bancários e disponibilizou o acesso directo e rápido a diversos serviços prestados pelo banco. Simultaneamente, começou a preparar o lançamento de um inquérito à educação financeira da população portuguesa (BP, 2009).

O website aborda diversos assuntos com informações úteis para as operações financeiras de um cliente bancário, bem como “normas” sobre oferta de produtos e serviços bancários, e um conjunto de respostas a FAQ's (*Frequently Asked Questions*). Além disso, é possível encontrar neste website, os relatórios do BP sobre a supervisão comportamental desta entidade.

Relativamente à preparação do inquérito, o BP baseou-se nas melhores práticas internacionais para assegurar a qualidade dos resultados obtidos. Desta forma, a realização deste inquérito tinha como objectivo (BP, 2010a):

- Analisar o comportamento e atitudes da população portuguesa relativamente a questões financeiras;
- Avaliar o nível de conhecimentos nesta área;
- Apoiar à preparação de iniciativas de regulação comportamental; e

- Diagnóstico para a definição e avaliação de programas de formação financeira.

Uma vez realizado o inquérito, o BP no último trimestre do ano de 2010, divulgou os primeiros resultados, apresentando-os por área temática, da síntese preliminar divulgada destaca-se (BP, 2010a):

- O grau de inclusão financeira da população
- Os hábitos de planeamento de despesas e poupança;
- Os procedimentos de gestão da conta bancária;
- Os produtos bancários detidos pelas famílias;
- O processo de escolha dos produtos bancários; e
- O grau de compreensão de conceitos financeiros, para desenvolver prioridades de formação.

Por outro lado, a informação obtida pelo inquérito mostrou áreas em que o conhecimento financeiro dos indivíduos é mais limitado. Algumas das necessidades detectadas foram (BP, 2010a):

- Sensibilizar os indivíduos para a importância da poupança;
- Sensibilizar para a necessidade de formação quanto às possíveis aplicações da poupança;
- Sensibilizar os indivíduos para a adequada avaliação dos empréstimos; e
- Sensibilizar os indivíduos para a necessidade de comparação e avaliações prévias dos produtos e serviços bancários, com base em critérios e objectivos.

Neste contexto, os resultados deste inquérito constituíram um primeiro levantamento das áreas em que os indivíduos revelam défices mais significativos de informação e compreensão financeira, permitindo ao Banco de Portugal utilizar os

resultados deste inquérito para a definição de projectos com o propósito de contribuir para “a transparência e a clareza da informação prestada pelas instituições de crédito aos clientes bancários e também na realização das medidas implementadas ou em vias de concretização”.

Em Maio de 2010, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) criou um grupo de trabalho, com representantes dos três reguladores financeiros: o Banco de Portugal (BP); a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM); e o Instituto de Seguros de Portugal (ISP), de forma a elaborar um Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF).

O PNFF assume um horizonte temporal de cinco anos, e visa contribuir para “elevator o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adopção de comportamentos financeiros adequados, através de uma visão integrada de projectos de formação financeira e pela junção de esforços das partes interessadas, concorrendo para aumentar o bem-estar da população e para a estabilidade do sistema financeiro” (CNSF, 2011).

Sabe-se ainda que o PNFF assume objectivos, que se agruparam em cinco grandes níveis (CNSF, 2011):

- Melhorar conhecimentos e atitudes financeiras;
- Apoiar a inclusão financeira;
- Desenvolver hábitos de poupança;
- Promover o recurso responsável ao crédito; e
- Criar hábitos de precaução;

Por outro lado, irão ser desenvolvidas iniciativas tendo em conta as necessidades da população:

- Estudantes do ensino básico e secundário;
- Estudantes universitários;

- Trabalhadores; e
- Grupos vulneráveis;

O CNSF também avançou com a criação do website do PNFF, um website que visa promover a educação financeira, através da disponibilização de temas associados à educação financeira e, ainda, na formação de formadores e na divulgação de iniciativas a desenvolver no âmbito do Plano (CNSF, 2011).

De referir ainda que, o PNFF assenta numa estrutura constituída por órgãos de entidades públicas, associações do sector financeiro, universidades e outras entidades direccionadas para a promoção da educação financeira e, ainda, de acordo com as melhores práticas internacionais, vai ser objecto de uma ampla campanha de divulgação no momento do seu lançamento, e definiu métodos de avaliação permitindo uma melhor clarificação dos objectivos.

Em Maio de 2011, o Ministro da Educação (ME), representado pela Ministra Isabel Alçada, e o Banco de Portugal, representado pelo Governador Carlos da Silva Costa, assinaram um protocolo que determina a estratégia para se promover a educação financeira nas escolas por um período de três anos que poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos de tempo (Lusa, 2011).

Este protocolo tem ainda por objectivo “estabelecer uma regulação das condições para a participação das instituições de crédito, sociedades financeira e suas associações nas iniciativas de Educação Financeira no espaço escolar” (Lusa, 2011).

Refira-se que, o Ministério da Educação, fica responsável em organizar documentos de apoio à educação financeira que permitem aos alunos e formadores ter contacto com materiais como os produtos financeiros básicos, o planeamento e gestão de um orçamento, a prevenção de riscos, a poupança e o endividamento (Lusa, 2011).

Em suma, desde de 2008 que Portugal está a desenvolver medidas para o estabelecimento de uma estratégia nacional. Assim, o BP, a CMVM e o ISP (reunidas no CNSF) definem linhas de actuação para elevar os níveis de educação financeira da população portuguesa, nomeadamente, a realização de um inquérito; a criação de

websites; a criação do PNFF; e um protocolo entre o Ministro da Educação e o Banco de Portugal para promover a educação financeira nas escolas.

5. As implicações das Estratégias Nacionais de Educação Financeira

Tendo em conta a apresentação das principais estratégias mencionadas no capítulo 4 é necessário proceder a avaliação e discussão dos resultados.

Assim, após efectuar a descrição pormenorizada de toda a informação recolhida é necessário realizar uma análise comparativa tendo em conta os conteúdos. Pretende-se evidenciar as especificidades únicas, os pontos comuns, e a sucessão temporal de acontecimentos, de modo a determinar o que Portugal pode apreender com essas iniciativas.

Neste contexto, a análise comparativa encontra-se dividida em seis subcapítulos: a criação de organismos e envolvimento de outras entidades; inquéritos; a criação de portais; a identificação de iniciativas desenvolvidas, avaliação das iniciativas; e por último, a análise do percurso português.

5.1. A criação de organismos e envolvimento de outras entidades

Dos países em análise, verificou-se que todos instituíram uma entidade exclusiva para governar e coordenar a estratégia:

- Em 2000, no Reino Unido, foi criada a *Financial Services Authority* (FSA);
- Em 2003, nos Estados Unidos América foi criada, a *Financial Literacy and Education Commission* (FLEC); e
- Em 2005, na Austrália, foi criada a *Financial Literacy Foundation* (FLF).

A legislação que criou a FSA, a FLEC e a FLF é diferente em cada um dos casos. Se por um lado a FSA tem uma autoridade reguladora ampla, a FLEC e FLF não tem nenhuma autoridade reguladora (Orton, L., 2007).

De referir ainda que, estas instituições são completamente diferentes umas das outras, apresentando diferenças quanto ao seu modelo de governação das estratégias nacionais de educação financeira (BP, 2011). De acordo com os “poderes” que lhes são atribuídos, coordenam e implementam as estratégias nacionais.

No Reino Unido, a FSA é um organismo independente, com poderes fixados por lei, tendo como objectivo manter a confiança do mercado, promover a compreensão pública do sistema financeiro, apoiar e proteger os indivíduos e combater os crimes financeiros (Orton, L., 2007).

Nos EUA, a FLEC foi instituída por lei para tratar da educação financeira daquele país, tendo como objectivo desenvolver uma estratégia nacional, coordenar os esforços de educação financeira do governo, criar um site e uma linha gratuita como ponto de acesso a informações sobre esta área para todos aqueles que procuram materiais de educação financeira (Orton, L., 2007).

Na Austrália, a FLF foi criada através da recomendação de um grupo (Taskforce) com o objectivo de facilitar a cooperação, a eficiência e a eficácia entre as diferentes organizações participantes (Orton, L., 2007).

Em 2008, a FLF foi encerrada e todo o seu trabalho foi transferido para ASIC.

Outro factor importante é a participação e o envolvimento de outras entidades na elaboração da estratégia de forma a ajudar na promoção da educação financeira, verificando-se, nos países em análise o envolvimento de outras organizações, nomeadamente, do sector privado.

A participação do sector privado tem sido considerada fundamental, uma vez que tem ajudado no financiamento de uma grande variedade de projectos e canalizando recursos para a formação financeira, incluindo a preparação de materiais pedagógicos, a organização de acções de formação tanto nas escolas como nos locais de trabalho, a formação de formadores e a divulgação de iniciativas (BP, 2011).

No Reino Unido, a FSA, promoveu a criação de um grupo com representantes de outras entidades e do sector privado.

Nos EUA, a lei FACT, prevê a participação do governo e de outras entidades, públicas e privadas, no desenvolvimento de iniciativas de educação financeira. Assim, a FLEC, reconheceu que sozinha não conseguia desempenhar as suas tarefas, sendo indispensável o envolvimento de outras entidades, acabando por formar um grupo com 13 entidades.

Na Austrália, mesmo antes de se criar a FLF, foi criado um grupo, o *Consumer and Financial Literacy Taskforce*, com representantes de quinze entidades públicas e privadas, com o objectivo de criar a primeira estratégia nacional de educação financeira. Em 2004, a referida *taskforce* apresentou a sua principal recomendação: a criação de um organismo, a FLF.

Pode assim concluir-se que, estas entidades têm um papel importante a desempenhar no desenvolvimento e implementação da estratégia, uma vez que estão em melhor posição para tomar decisões acerca de aspectos, tais como (GAO, 2007):

- A divulgação da informação e comunicação da estratégia;
- Os recursos necessários para o desenvolvimento das iniciativas; e
- A identificação de necessidades e prioridades dos indivíduos.

Em suma, o enquadramento adequado das entidades, na promoção da educação financeira, veio ajudar no desenvolvimento das iniciativas, permitindo assim obter uma maior credibilidade e sustentabilidade da estratégia (Williams, T., 2007).

5.2. Inquéritos

Tendo em conta a crescente importância das questões financeiras, e a fim de identificar prioridades no âmbito de uma estratégia nesta área, foi necessário proceder a um diagnóstico prévio dos níveis de educação financeira dos indivíduos.

A realização de inquéritos, para identificar as necessidades de educação financeira da população e o seu grau de entendimento sobre o assunto, é o método mais

utilizado. As informações básicas, no geral, podem-se obter através de inquéritos à população, bem como a partir de inquéritos específicos para lidar com a questão da educação financeira, sendo que podem ser encomendadas pelo governo ou pelo sector privado (Orton, L., 2007).

Nos países em análise, a realização de inquéritos surgiu como primeira etapa da estratégia, tendo como principal objectivo a identificação de áreas onde existe maior défice de informação, de compreensão e de formação dos indivíduos.

Na Austrália, as pesquisas mais abrangentes sobre a educação financeira foram os encomendados pelo Banco ANZ em 2003 e 2005 (Orton, L., 2007). Após a criação da *Financial Literacy Foundation*, a fundação encomendou um estudo sobre as atitudes e o comportamento dos indivíduos em relação ao dinheiro e à sua gestão, abrangendo 7.300 indivíduos dos quais 6.947 tinham idade entre os 18 e os 75 anos e 533 com idade entre os 12 e os 17 anos. Esta pesquisa, ao contrário do inquérito ANZ, é inteiramente de natureza subjectiva, abrangendo uma variedade de questões relacionadas com a gestão do dinheiro (FLF, 2007).

No Reino Unido, a *Financial Services Authority*, também utilizou o inquérito para captar informação sobre o comportamento e necessidades de informação dos indivíduos. Dado o propósito de obter resultados mais confiáveis, o inquérito foi aplicado a uma amostra representativa, constituída por 5.328 indivíduos com idade superior a 18 anos e abrangeu a população do Reino Unido como um todo (Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte). Neste caso, o inquérito utilizado no Reino Unido usou uma abordagem subjectiva para identificar as necessidades financeiras da população e o seu grau de entendimento sobre o assunto. As autoridades pretendem realizar novo inquérito a cada quatro ou cinco anos para verificar se houve avanços na área da educação financeira (McQuaid, R. e Egdell, V., 2010).

Nos EUA, foram realizados vários inquéritos sobre a gestão do dinheiro, o controlo da dívida e o comportamento de poupança, ou seja, inquéritos realizados para tratar especificamente da educação financeira (Schuchardt, J. et al, 2009). Nestes inquéritos utiliza-se uma abordagem do tipo objectiva, com indicadores quantitativos, por exemplo: o nível de conhecimento dos entrevistados (CPRN, 2007).

De um modo geral, nos países em análise e de acordo com a descrição efectuada no capítulo 4, verificou-se que a população apresenta baixos níveis de educação financeira quer seja ao nível dos conhecimentos quer seja ao nível das atitudes e dos comportamentos face às questões financeiras, e além disso, sobrestimam os seus próprios conhecimentos financeiros.

Um outro factor evidenciado pelos inquéritos é que a maioria das pessoas não tem hábitos de poupança, não têm um plano de reforma, não têm confiança e capacidade para tomar decisões efectivas sobre o seu dinheiro, e não planeiam o seu futuro face a acontecimentos inesperados (OCDE, 2005).

Pode assim concluir-se que, no desenvolvimento de uma estratégia nacional de educação financeira, a utilização de inquéritos é uma ferramenta importante, dada a sua relevância e abrangência da informação disponibilizada. Além disso, o inquérito permite obter o máximo de informação sobre o meio envolvente, tal como, avaliar o grau de conhecimento dos indivíduos, as atitudes e os comportamentos, de forma a identificar áreas e segmentos da população onde se verificam maiores lacunas para conseguir tomar a melhor decisão relativamente às iniciativas a desenvolver (BP, 2011).

No entanto, a elaboração deste tipo de inquérito é, normalmente, dispendiosa, difícil e morosa, pelo que, o diagnóstico dos níveis de educação financeira pode ser efectuado através de outras fontes de informação, tais como: reclamações; preenchimento de formulários, indicadores macroeconómicos e financeiros; e sondagens (BP, 2011).

5.3. Criação de portais

A criação de portais com conteúdos de formação financeira para os indivíduos é uma das iniciativas que os países em análise têm em comum, sendo que esses websites foram desenvolvidos para promover a educação financeira. No entanto, as abordagens utilizadas pela FSA, FLFe FLEC na criação desses websites são ligeiramente diferentes quanto à sua estrutura e o respectivo conteúdo.

Na Austrália foi criado o website “*Understanding Money*”, dedicado à divulgação de informações e recursos educacionais. O site apresenta uma linguagem simples e directa, diversas informações e materiais originais organizados por tema e por etapas da vida. São também divulgados *links* para outros sites de interesse e uma lista organizada por tópicos de todos os seminários programados pela FLF. Além disso, contém materiais de apoio para educadores e três ferramentas interactivas: orçamento; empréstimo; e “situação financeira” (Orton, L., 2007).

No Reino Unido, criaram o website “*Money Made Clear*”, onde é possível ter acesso a materiais originais, organizados por tema e por etapa da vida e contém características invulgares em relação à utilização de ferramentas interactivas, possuindo nove tópicos: hipoteca; orçamento; família; dívida; empréstimo; seguro; reforma; pensões; e produtos financeiros (Orton, L., 2007).

Nos EUA, criou-se o website “*My Money*”, onde se pode encontrar materiais de fácil acesso, uma vez que contém *links* para chegar mais rápido aos materiais criados por outras instituições que lidam com questões financeiras, estão organizados por 12 tópicos, facilitando a pesquisa. Além disso, é possível receber, gratuitamente, os materiais educacionais mediante o preenchimento de um formulário (GAO, 2007).

Em todos os casos, o objectivo de usar websites, nos países em análise, foi a divulgação de uma vasta variedade de informações e um conjunto de materiais úteis para ajudar os indivíduos a compreender, avaliar e a comparar os produtos financeiros, permitindo aos indivíduos aumentar os seus conhecimentos sobre esta temática.

Da avaliação dos websites, foi possível constatar que a utilização de websites é uma iniciativa positiva e interessante, pelo que deve ser incentivada. No entanto, verificam-se limitações claras no uso de websites, uma vez que pode apresentar limites para os indivíduos mais carenciados, para aqueles que vivem em áreas rurais, para pessoas idosas, para indivíduos sem escolaridade obrigatória, para aqueles que não têm computador, e para aqueles que apresentam determinadas deficiências de Comunicação (FLEC, 2006).

Dada esta circunstância, a FLEC também criou uma linha gratuita – 1-888-MyMoney, para divulgar os materiais educativos que se encontram no website, garantindo que os indivíduos que não utilizam a internet, têm acesso fácil a informações precisas e actualizadas (FLEC, 2006).

Pode assim concluir-se que, a criação de um website faz parte integrante de uma estratégia nacional de educação financeira, permite sensibilizar os indivíduos para a importância da questão e auxilia-los na tomada de decisões financeiras informadas, uma vez que permite obter informações de qualidade em tempo útil sobre uma grande variedade de questões financeiras. No entanto, de referir que se devem tomar determinadas decisões e encontrar outros meios, como se verificou nos EUA, para compensar de alguma forma os indivíduos que não tem acesso à internet.

De um modo geral, todos estes websites têm em comum um *layout* apelativo e mensagens simples e claras, com elevado potencial pedagógico e comunicacional (Orton, L., 2007).

Note-se, no entanto, que para ajudar a estabelecer estes websites, é necessário recorrer aos media, através de mensagens criativas de campanhas publicitárias, para que os indivíduos detenham conhecimento que existe um site disponível com materiais de educação financeira e com uma variedade de temas financeiros importantes, de forma a dirigirem-se sempre que tenham dúvidas. Além disso, devem ser efectuados testes aos websites para aferir a usabilidade e medir a satisfação dos indivíduos (GAO, 2007).

5.4. Identificação das iniciativas desenvolvidas

A implementação e desenvolvimento de uma estratégia nacional no âmbito da educação financeira é um processo bastante abrangente que requer um plano bem definido e com uma perspectiva a longo prazo.

Após a criação dos organismos e o envolvimento de outras organizações no desenvolvimento e implementação da estratégia, começou a emergir a necessidade de desenvolver iniciativas.

Como referido no subcapítulo 5.2 e 5.3, todos os países em análise, começaram por realizar um inquérito para conseguirem saber qual o nível de conhecimento dos indivíduos acerca da educação financeira, detectarem as lacunas, saber onde focar os seus esforços e, ainda, criaram websites para ajudar na promoção da educação financeira e apoiar os indivíduos a compreender determinados conceitos que lhes permitam tomar decisões mais informadas.

Com o diagnóstico efectuado, conclui-se que as necessidades de educação financeira são transversais à maioria da população. No entanto, é de referir que a população assume características diferentes relativamente à idade, cultura, situação profissional, vulnerabilidade e necessidades específicas de cada um dos indivíduos, sendo possível as iniciativas de educação financeira assumirem várias formas (BP, 2011).

De facto, as estratégias adoptadas na Austrália, no Reino Unido e nos EUA são significativamente diferentes (Orton, L., 2007).

Na Austrália, destaca-se as seguintes iniciativas:

- O *National Consumer and Financial Literacy Framework*, sendo um excelente modelo, definindo objectivos gerais e específicos - o conhecimento e compreensão, a competência, a iniciativa e responsabilidade, para quatro níveis do sistema de ensino, que correspondem em Portugal ao 3º, 5º, 7º e 9º ano;
- O *The National Consumer and Financial Literacy Professional Learning Strategy*, uma iniciativa desenvolvida para os professores usufruírem de formação adequado sobre o tema de educação financeira; e
- O *The National Consumer and Financial Literacy Framework* revisto em 2009 para promover o desenvolvimento do currículo nacional até ao 12º ano.

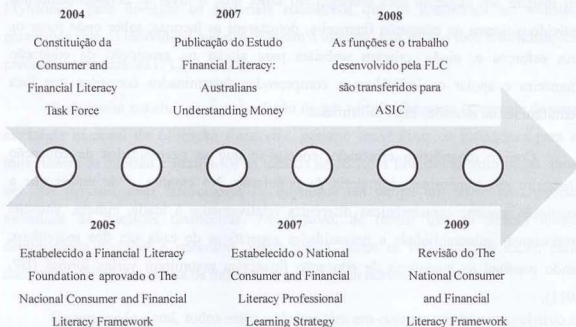


Figura 3 - Desenvolvimento da Estratégia Nacional da Austrália no âmbito da Educação Financeira

No Reino Unido, passados três anos após ter lançado a estratégia nacional, a FSA lançou sete prioridades: escola; trabalho; endividamento; jovem; famílias; aconselhamento financeiro e reforma, direccionando a actuação das iniciativas nas escolas e no local de trabalho.

Além disso, a FSA tem tomado medidas para garantir que a educação financeira faz parte do currículo nacional, tais como: formação aos professores, fornecer materiais, e o desenvolvimento de programas na TV para professores e alunos. (Orton, L., 2007). Deprendendo-se que a FSA promove a formação dos jovens, para quando eles saírem da escola tenham capacidades de gerir o seu próprio dinheiro.

Em 2011, voltou a realizar a pesquisa para verificar se houve avanços a nível da educação financeira, pretendendo continuar a sua realização a cada quatro ou cinco anos.

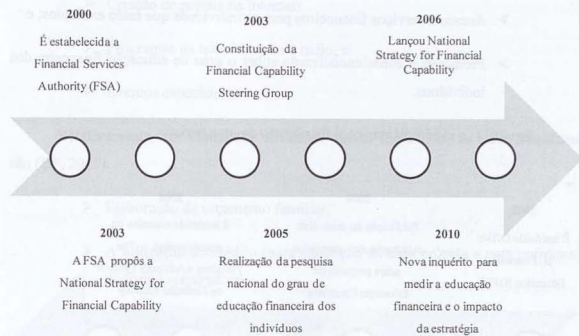


Figura 4 - Desenvolvimento da Estratégia Nacional do Reino Unido no âmbito da Educação Financeira

Nos Estados Unidos, a FLEC em 2006, publicou a estratégia nacional, focando-se em treze áreas de interesse diferentes, destacando-se:

- A educação financeira nas escolas;
- Formação de poupança;
- Planeamento da reforma; e
- Recurso responsável do crédito.

Durante o ano de 2008, o Conselho *The President's Advisory Council on Financial Literacy*, realizou diversas actividades e fez recomendações, das quais se destaca (PACFL, 2009):

- Expandir a educação financeira na escola, desde do jardim-escola até ao ensino superior;

- Acesso a serviços financeiros para os indivíduos que estão excluídos; e
- Promover a consciencialização sobre o grau de educação financeira dos indivíduos.

Em 2011, a estratégia nacional foi objecto de uma revisão.



Figura 5 - Desenvolvimento da Estratégia Nacional dos EUA no âmbito da Educação Financeira

Podemos assim concluir-se que, desenvolver e implementar iniciativas no âmbito de uma estratégia requer e exige como primeiro desafio segmentar a população por “grupos”, de acordo com as características, o comportamento e as atitudes dos indivíduos, de forma a permitir adoptar as iniciativas em função do nível de educação financeira, das características e das necessidades específicas dos indivíduos (BP, 2011).

Com efeito, as iniciativas de educação financeira podem assumir diferentes áreas de actuação (BP, 2011):

- Aulas ou seminários;

- Criação de portais na internet;
- Programas na televisão ou na rádio; e
- Eventos especiais.

Relativamente, aos conteúdos utilizados nessas iniciativas, os mais frequentes são (BP, 2011):

- Elaboração do orçamento familiar;
- A utilização do crédito (para aquisição da casa própria e para consumo) de forma responsável;
- A utilização dos meios de pagamento;
- A importância da poupança e as suas aplicações;
- O acesso a produtos bancários básicos;
- A consciencialização dos riscos financeiros;
- O planeamento da reforma; e
- Seguros.

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento de iniciativas em função das etapas da vida, proporcionando acções de formação em momentos cruciais e, ainda, em função do nível de educação, das características e das necessidades de cada grupo (BP, 2011).

De um modo geral, conclui-se que os segmentos da população onde é dada maior importância, são os jovens em idade escolar, através do desenvolvimento de iniciativas de formação financeira nas escolas. No entanto, a implementação destas iniciativas pode ser dificultada por um conjunto de factores relacionados com a inclusão do tópico nos currículos escolares: professores sem formação financeira; falta de materiais pedagógicos com conteúdos específicos, e a escassez de recursos na escola (BP, 2011).

Por último, da análise das estratégias nacionais, verificou-se alguns elementos comuns (CNSF, 2011):

- A definição de objectivos gerais;
- A identificação de conteúdos prioritários;
- O envolvimento de entidades públicas e privadas;
- Abrangendo toda a população (jovens em idade escolar, trabalhadores e grupos vulneráveis); e
- A divulgação da estratégia nacional junto da população.

5.5. Avaliação das iniciativas

Após o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da estratégia nacional de educação financeira, é essencial avaliar adequadamente tais iniciativas para que se possa medir a sua eficácia (McQuaid, R. e Egdell, V., 2010). Depreendendo-se que é necessário fornecer uma visão geral da situação do país após a implementação das iniciativas.

Contudo, dos países em análise, apenas o Reino Unido e os EUA já efectuaram avaliações. Este facto poderá ser explicado pelo estado mais recente ou mesmo ainda em fase de projecto da maioria das restantes estratégias⁴ (BP, 2011).

No Reino Unido, tiveram como objectivo avaliar as iniciativas da estratégia nacional, através da repetição da pesquisa a cada quatro a cinco anos, para verificar se houve avanços na capacidade e/ou competências dos indivíduos nesta área. Desta forma, em 2010, foi efectuado no Reino Unido uma nova pesquisa para saber o nível de educação financeira dos indivíduos e qual foi o impacto das iniciativas nesta área.

⁴ A estratégia australiana é tão antiga quanto a estratégia do Reino Unido e dos EUA, no entanto, não está documentada nenhuma iniciativa no âmbito da avaliação.

Nos EUA, desde de 2008, que tem havido a preocupação de reorganizar a as iniciativas da estratégia nacional de 2006, através da realização de diversas actividades, de forma a rever as abordagens, as funções e as finalidades, conseguindo, assim, melhorar o nível de educação financeira dos indivíduos dos EUA.

De um modo geral, tanto no Reino Unido como nos EUA, tiveram como objectivo final analisar as iniciativas implementadas, identificando obstáculos e propondo uma nova abordagem para desenvolver medidas mais padronizadas a nível da educação financeira.

Considera-se que, este tipo de avaliações, muitas vezes são efectuadas através de questionários aos indivíduos em acções de formação realizadas antes, imediatamente a seguir e ou um período após a realização da acção de formação. (BP, 2011).

Refira-se que, avaliar este tipo de iniciativas, ajuda a medir a eficácia e a identificar necessidades de ajuste (CE, 2010).

Por outro lado, avaliar o impacto de uma iniciativa não é tarefa fácil, uma vez que é difícil medir a curto prazo a eficácia de uma iniciativa, e muitas das iniciativas tendem a trazer resultados a longo prazo. Além disso, uma avaliação efectiva pode requerer acompanhamento contínuo com os participantes, e ser um processo complexo e caro (GAO, 2011).

No entanto, tornar-se mais fácil medir o sucesso da iniciativa caso sejam definidos, desde do início, objectivos claros (FSA, 2008). Deprendendo-se que são os objectivos de uma estratégia que vão indicar que tipo de avaliação é a mais adequada.

Pode assim concluir-se que, as iniciativas implementadas nesta área obtiveram resultados positivos: melhorou o comportamento dos indivíduos em relação à poupança e ao planeamento da reforma; mais conhecimento, capacidade e confiança a tratar de assuntos financeiros e; melhoraram os hábitos relativamente à gestão da conta bancária (BP, 2011). No entanto, melhorar o nível de educação financeira dos indivíduos é um processo que exige uma mudança a longo prazo dos conhecimentos, comportamentos e atitudes em relação ao dinheiro e medir essas mudanças é inerentemente difícil.

Por último, este tipo de avaliações são um contributo útil para determinar onde a pesquisa é limitada, sendo assim possível, reajustar periodicamente as iniciativas de educação financeira (McQuaid, R. e Egdell, V., 2010).

5.6. Análise do percurso Português

Ao Banco de Portugal foram atribuídas responsabilidades gerais de supervisão comportamental. Neste âmbito incluem-se responsabilidades específicas na área da educação financeira. Nesse sentido, desde de 2008 que Portugal tem desenvolvido acções de educação financeira.

Inquérito à literacia financeira da população

Inicialmente, o BP preparou um inquérito à educação financeira da população portuguesa para determinar o grau de conhecimentos dos indivíduos nesta área. Este inquérito foi realizado a 2.000 indivíduos em todo o território nacional com idade igual ou superior a 16 anos, entre Fevereiro e Março de 2010. O questionário incluía 94 questões de escolha múltipla, incidindo sobre cinco grandes áreas: inclusão financeira; planeamento de despesas e poupança; gestão de conta bancária; escolha de produtos financeiros; e compreensão financeira (BP, 2010a). Refira-se que, a dimensão da amostra permitiu limitar a margem de erro médio a 2,2%, com uma probabilidade de 95%. (BP, 2010a).

Os resultados deste inquérito revelaram, de um modo geral, que a população portuguesa apresenta baixos níveis de educação financeira. Salienta-se que existe uma semelhança com a Austrália, o Reino Unido e os EUA, permanece a falta de conhecimentos dos indivíduos.

O Portal do Cliente Bancário

Relativamente à criação de websites, verificou-se, inicialmente, o desenvolvimento do website designado por “Portal Cliente Bancário”. Este website contém assuntos relacionados com o sistema financeiro onde os indivíduos podem tirar as suas dúvidas e encontrar os respectivos relatórios do Banco de Portugal sobre a supervisão comportamental (BP, 2009). Deprendendo-se que o objectivo da criação do website foi a divulgação de informações úteis aos indivíduos, tal como aconteceu com os países em análise.

Plano Nacional de Formação Financeira

Em Maio de 2010, o CNSF criou um grupo com representantes de três reguladores financeiros: o BP, a CMVM e o ISP com o objectivo de elaborar um Plano Nacional de Formação Financeira. Deprendendo-se que só após o pronunciamento do CNSF é que se assumiu a opção de avançar com uma estratégia nacional.

O PNFF foi criado com o intuito de sensibilizar os indivíduos para a importância da educação financeira e promover o interesse de entidades, públicas e privadas, para o desenvolvimento de iniciativas que contribuam para os objectivos divulgados no Plano (CNSF, 2011).

O CNSF, também pretende avançar com um novo website, que conterá conceitos básicos associados às decisões financeiras mais frequentes e servirá de plataforma para apoio e divulgação das iniciativas a desenvolver no âmbito do PNFF (CNSF, 2011). Repara-se, mais uma vez, que Portugal está a seguir as práticas utilizadas a nível internacional, uma vez que, a criação de websites é uma das iniciativas mais frequentes a nível internacional.

Por outro lado, a proposta do CNSF, considera um modelo de governação que assenta numa estrutura de quatro órgãos, sendo constituídos por entidades públicas e privadas (CNSF, 2011). Deprendendo-se que, Portugal está a ter em consideração o envolvimento de entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de uma estratégia nacional de educação financeira.

Por último, Portugal comparativamente com os países em análise está atrasado no desenvolvimento e implementação de iniciativas de educação financeira, e por consequência na avaliação das iniciativas. No entanto, de acordo com as melhores práticas internacionais, o método de avaliação é um aspecto integrante do PNFF. Deprendendo-se que na sua evolução relativamente ao desenvolvimento de uma estratégia nacional nesta área, Portugal está a seguir as práticas utilizadas internacionalmente.

Num desenvolvimento mais recente, em Maio de 2011, o Ministro da Educação e o Banco de Portugal assinaram um protocolo sobre a estratégia de intervenção no sistema educativo (Iusa, 2011).

Refira-se que na maioria dos casos, a coordenação de estratégias nacionais é atribuída aos bancos centrais ou outros reguladores financeiros, ou ainda ao Ministério das Finanças e/ou da Educação (BP, 2011). Constatando-se que Portugal continua a seguir as melhores práticas internacionais.

5.7. Quadro síntese da evolução dos diferentes países em análise e comparar com Portugal

	Reino Unido	EUA	Austrália	Portugal
Criação de Organismo e envolvimento de outras entidades	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da FSA; • Criação de um grupo – Steering Group - para ajudar no desenvolvimento e implementação de uma estratégia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da FLEC • Participação e envolvimento de outras entidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da FLF • Criação de um grupo – CFLT com a missão desenvolver a primeira estratégia. 	<p>Criação de um grupo de trabalho, com representantes dos três reguladores financeiros.</p>
Plano de ações	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um inquérito a 5.328 indivíduos; • Criação de um website – <i>Money Made Clear</i>; • Lançamento Seven Point Programme – direccionadas para estudantes, trabalhadores e grupos mais vulneráveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitação de comentários sobre proposta de uma estratégia; • Criação de website – <i>My Money</i>; • Criação de uma linha gratuita – 1-888-MyMoney; • Lançamento estratégia nacional – 13 áreas de interesse sobre a educação; • Realização Simpósio Investigação – identificar lacunas, e definir e dar prioridade a questões para análise e investigação futuras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um inquérito a 7.500 indivíduos; • Criação de website – <i>Understanding Money</i>; • Desenvolvimento de iniciativas direccionadas para aumentar o nível do sistema educativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um inquérito; • Criação de um website – Cliente Bancário; • Elaboração de um PNFF, direccionado para estudantes, trabalhadores e grupos vulneráveis; • Criação de um website do PNFF; • O ME e o BP assinam um protocolo para promover a educação financeira.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de uma nova pesquisa a cada quatro ou cinco anos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um grupo, o NSWG, para: <ul style="list-style-type: none"> ○ Rever a estratégia; ○ Pesquisar sobre estratégias nacionais de outros países; ○ Basear-se nas conclusões do simpósio. 	<p>Ainda não fez nada nesta área</p>	<p>Ainda não fez nada nesta área</p>

6. Conclusões

O presente trabalho teve como objectivo geral analisar as estratégias nacionais de educação financeira a nível internacional. A partir da análise da literatura publicada e tendo como base o trabalho desenvolvido de três países: Austrália, Reino Unido e EUA, seria possível descrever as suas experiências e se possível contestar a necessidade de desenvolver e implementar uma estratégia nacional de educação financeira em Portugal.

Ao longo deste trabalho foram apresentados aspectos teóricos relacionados com a importância do conhecimento financeiro e a importância da educação financeira, permanecendo a ideia da necessidade de se desenvolver uma estratégia nacional de educação financeira.

A constatação principal do estudo foi que o nível de educação financeira da população, no geral, é baixa. A maioria da população necessita de conhecimentos e competências para saber lidar de modo adequado com as suas próprias finanças, sendo imprescindível aplicar um conjunto amplo de orientações sobre como educar financeiramente a população. Salienta-se que o objectivo é ajudar a população a planear melhor a sua vida e a ter condições mais favoráveis para alcançarem as suas metas.

Nesse sentido, **uma primeira conclusão do estudo é que se devem realizar inquéritos à população, para identificar onde existe maior défice de informação, compreensão e formação, com o objectivo de medir o grau de educação financeira da população.**

Com propósito de elevar os níveis de educação financeira da população, deve-se desenvolver estratégias que dêem maior ênfase a actividades e conteúdos relacionados com as questões financeiras. Por outro lado, constatou-se que o envolvimento do governo e de outras entidades, públicas e privadas, é fundamental para o desenvolvimento da estratégia, uma vez que estas entidades, juntas, conseguem desenvolver iniciativas para educar financeiramente diferentes tipos de população (jovens em idade escolar, adultos, famílias e reformados) em diferentes questões financeiras.

Desta forma, **uma segunda conclusão do estudo é que se deve desenvolver iniciativas tendo em atenção as necessidades da população.**

Como se viu no caso dos países analisados, este tipo de estratégias deve de apoiar e dar maior ênfase a iniciativas com conteúdos relacionados com:

- A importância do dinheiro;
- A poupança;
- A inclusão bancária/financeira;
- A gestão do orçamento familiar;
- O investimento em produtos financeiros;
- O recurso responsável ao crédito;
- Os seguros; e
- A reforma.

Tendo em conta as necessidades específicas de cada segmento da população, devem de existir diferentes linhas de actuação para os diferentes tipos de população, destacando-se:

- A escola;
- O local de trabalho;
- As conferências e seminários;
- Os programas semanais na televisão e rádio;
- Os websites específicos nesta área;
- Uma linha directa (para a população que não utiliza Internet);
- As campanhas publicitárias; e

- A participação em feiras.

Como objectivos gerais devem-se promover medidas educativas, possibilitando à população uma melhor adaptação e iniciativa em questões relativas a este tema.

Uma terceira conclusão é que para a concretização destes objectivos, devem ser desenvolvidas iniciativas junto da população num período a longo prazo, estabelecendo um plano de intervenções a curto prazo e a longo prazo. Como se viu nos EUA e no Reino Unido, é fundamental uma avaliação do progresso do trabalho desenvolvido, permitindo a gestão e planeamento das iniciativas e, ainda, permitir às entidades envolvidas medir o impacto e avaliar a eficácia das iniciativas ao longo do tempo.

Em relação aos pontos integradores de um programa de melhoramento ao nível de educação financeira, podem ser sugeridos os seguintes:

- Fornecer informação objectiva e clara acerca da educação financeira;
- Desenvolvimento da percepção de riscos que podem indicar fraudes;
- Desenvolvimento de competências pessoais sobre esta temática;
- Ajudar a identificar problemas e a resolve-los;

Em síntese, esta investigação evidenciou a importância de promover a educação financeira. Neste sentido, sublinha-se a necessidade de desenvolver uma estratégia nesta área para melhorar os conhecimentos e as competências da população relativamente às questões financeiras, o que irá permitir mudar os seus comportamentos e atitudes.

Verificou-se, de igual modo, que Portugal encontra-se a fazer um bom trabalho em relação ao desenvolvimento de uma estratégia nacional de educação financeira, embora, seja longo o caminho que há para percorrer. Por fim, o presente trabalho incentiva a investigação e a intervenção, como contribuição para uma melhor percepção das especificidades inerentes da população, potencializando a conceptualização de iniciativas de intervenção mais adequadas e contextualizadas.

Por último, este trabalho teve algumas limitações, tais como: análise exclusivamente documental; poucas estratégias nacionais de educação financeira já foram avaliadas tornando-se mais difícil medir a eficiência e eficácia das estratégias; e poucos trabalhos científicos sobre a educação financeira.

Esta investigação pode, no futuro, ser complementada com:

- Estudos mais amplos em termos de países envolvidos,
- Aplicações de outras metodologias de investigação, designadamente, de métodos quantitativos.

Bibliografia

Atkinson, A., McKay, S., Collard, S., & Kempson, E. (2007), Levels of Financial Capability in the UK, **Journal Compilation, Money & Management February 2007**, 29-36.

Australian Curriculum, Assessment and Reporting Authority (ACARA) (2009), **Australian Curriculum, Assessment and Reporting Authority, Annual Report 2008 – 2009**, Barton: Commonwealth of Australia.

Banco de Portugal (BP) (2009), **Relatório de Supervisão Comportamental**, Lisboa: Banco de Portugal.

Banco de Portugal (BP) (2010), **Relatório de Supervisão Comportamental**, Lisboa: Banco de Portugal.

Banco de Portugal (BP) (2010a), **Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa**, Lisboa: Banco de Portugal.

Banco de Portugal (BP) (2011), **Relatório de Supervisão Comportamental**: Lisboa: Banco de Portugal.

Braunstein, S. & Welch, C (2002), Financial Literacy: an overview of practice, research, and policy, **Federal Reserve Bulletin**, November 2002, 445–457.

Brennan, C. & Coppack, M. (2008), Consumer empowerment: global context, UK strategies and vulnerable consumers, **International Journal of Consumer Studies**, 32, 306-313.

Calado, S. & Ferreira, S. (2005), **Análise de Documentos: Método de Recolha e Análise de dados**, Trabalho Metodologia I, Mestrado em educação: Didácticas das Ciências, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Clark, Robert L., Burkhouser, R., Joseph, M., Quinn, F., Smeeding, T. et al. (2004), **The economics of an aging society**, Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd.

Comissão Europeia (CE) (2007), *Educação Financeira*, Bruxelas: CE.

Comissão Europeia (DG Mercado Interno e Serviços) (CE) (2008), **Boletim dos serviços Financeiros**, Fin-Focus, Julho 2008, nº 5.

Comissão Europeia (CE) (2008a), **First Meeting of the Expert Group on Financial Education: National Strategies for Financial Education**, Bruxelas: CE.

Comissão Europeia (CE) (2010), **Fourth Meeting of the Expert Group on Financial Education**, Bruxelas: CE.

Consumer and Financial Literacy Taskforce (CFLT) (2004), **Australian Consumers and Money**, Canberra: Commonwealth of Australia.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) (2011), **Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015**, Lisboa: BP, CMVM e ISP.

Department of the Treasury (DT) (2006), **Taking Ownership of the Future: The National Strategy for Financial Literacy**, Washington, DC: U.S. Department of the Treasury.

England, J. & Chatterjee, P. (2005), **Financial education: A review of existing provision in the UK**, Norwich: Department for work and pensions.

European Council (2006), Recommendation of the European Parliament and of The Council of 18 December 2006 on key competences for lifelong learning, **Official Journal of the European Union**, (2006/962/EC), Obtido de: http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/site/en/oj/2006/l_394/l_39420061230en00100018.pdf. Acesso em 30 de Abril de 2011.

Financial Literacy and Education Commission (FLEC) (2006), **Taking Ownership of the Future: The National Strategy for Financial Literacy**, Washington, DC: U.S. Department of the Treasury.

Financial Literacy and Education Commission (FLEC) (2010), **Promoting Financial Success in the United States: National Strategy for Financial Literacy 2011**.

Financial Literacy Foundation (FLF) (2007), **Financial Literacy: Australians Understanding Money**. Barton, Commonwealth of Australia.

Financial Literacy Foundation (FLF) (2007a), **National Consumer and Financial Literacy Professional Learning Strategy**, Austrália.

Financial Literacy Foundation (FLF) & Quality Teacher Programme (QTP) (2008), **Consumer and Financial Literacy: Professional Learning Program – Facilitator Guide**, Barton: Commonwealth of Australia.

Financial Services Authority (FSA) (2003), **Towards a National Strategy for Financial Capability**, London: FSA.

Financial Services Authority (FSA) (2006a), **Financial Capability in the UK Establishing a Baseline**, London: FSA.

Financial Services Authority (FSA) (2006b), **Financial Capability in the UK: Delivering Change**, London: FSA.

Financial Services Authority (FSA) (2008), **Evidence of impact: An overview of financial education evaluations**, London: FSA.

Government Accountability Office (GAO) (2007), **Financial Literacy and Education Commission: Further Progress Needed to Ensure an Effective National Strategy**, Washington, DC: GAO-07-777T.

Government Accountability Office (GAO) (2011), **Financial Literacy: The Federal Government's Role in Empowering Americans to Make Sound Financial Choices**, Washington, DC: GAO-11-504T.

McQuaid, R. & Egdell, V. (2010), **Financial Capability: Evidence Review**, Edinburgh Napier University: Edinburgh.

Ministerial Council on Education, Employment, Training and Youth Affairs (MCEETYA) (2005), **National Consumer and Financial Literacy Framework**. MCEETYA, Carlton South, Austrália.

Ministerial Council on Education, Employment, Training and Youth Affairs (MCEETYA) (2008), **Melbourne Declaration on Educational Goals for young Australians**, Carlton South: MCEETYA.

Ministerial Council on Education, Employment, Training and Youth Affairs (MCEETYA) (2009), **National Consumer and Financial Literacy Framework (revised 2009)**, MCEETYA, Carlton South, Austrália.

Noctor, M., Stoney, S. & Stradling, R. (1992), **Financial Literacy: A Discussion of Concepts and Competences of Financial Literacy and Opportunities for its Introduction into Young People's Learning**, London: National Westminster Bank e National Foundation for Education Research.

Oehler, A. & Werner, C. (2008), Saving for Retirement: A Case for Financial Education in Germany and UK? An Economic Perspective, **Journal of Consumer Policy**, 31, 253-283.

Office of Fair Trading (OFT) (2004), **Consumer education: A strategy and framework**, London: OFT.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2005), **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**, Washington, D.C: OCDE.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) & US Treasury International Conference on Financial Education (2008), **Taking Financial Literacy to the Next Level: Important Challenges and Promising Solutions**, Washington, DC: OCDE e US Treasury Department.

Orton, L. (2007), **Financial Literacy: Lessons from International Experience**, Canadian Policy Research Networks Inc (CPRN), Ottawa, Ontario.

President's Advisory Council on Financial Literacy (PACFL) (2009), **2008 Annual Report to the President Executive Summary**, Washington, DC: PACFL.

Rabbior, G. (2011), **Case Studies of International Financial Education Initiatives**, Task Force on Financial Literacy, Canada.

Schuchardt, J. et al. (2009), Financial Literacy and Education Research Priorities, **Journal of Financial Counseling and Planning**, vol. 20, 84-95.

Stake, Robert E. (2010), **Qualitative Research: Studying How Things Work**, London: The Guilford Press.

Tiner, J. (2006), **Welcome and introduction to Financial Capability in the UK: Establishing a Baseline and Delivering Change Seminar**, Obtido de: http://www.fsa.gov.uk/pages/Library/Communication/Speeches/2006/0328_jt.shtml. Acesso em 27 de Março de 2011.

White, M. & Marsh, E. (2006), Content Analysis: A Flexible Methodology, **Library Trends**, vol. 55 nº 1, 22-45.

Williams, T. (2007), Empowerment of Whom and for What? Financial Literacy Education and the New Regulation of Consumer Financial Services, **LAW & POLICY**, Vol. 29 nº 2, 226-256.

NOTÍCIAS

(31/05/2011) Ministro da Educação assinou com o banco de Portugal um protocolo de colaboração para 3 anos na área da educação financeira. <http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011/05/30/educacao-ministerio-assina-protocolo-de-colaboracao-com-banco-de-portugal?service=print>